UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

CARLOS RERISSON ROCHA DA COSTA

TURISMO, PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO NAS COMUNIDADES DE REDONDA E TREMEMBÉ, ICAPUÍ-CE

Fortaleza
2010

CARLOS RERISSON ROCHA DA COSTA

TURISMO, PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO NAS COMUNIDADES DE REDONDA E TREMEMBÉ, ICAPUÍ-CE.

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de concentração: Análise Geoambiental Integrada e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.
Linha de Pesquisa: Sociedade, Espaço e Cultura.

Orientadora: Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano

Fortaleza
2010

C837t Costa, Carlos Rerisson Rocha da.
Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí – Ceará / Carlos Rerisson Rocha da Costa. – Fortaleza, 2010.
107 f.; il.
Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.
1. Produção do Espaço. 2. Turismo. 3. Comunidades Pesqueiras. 4. Icapuí-CE. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD 338.4791

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG

Título do Trabalho: Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE.

Autor: Carlos Rerisson Rocha da Costa

Defesa em: 29 / 03 / 2010

Banca Examinadora

_____

Profª. Luzia Neide M. T. Coriolano (Orientadora)
Doutora em Geografia
Universidade Estadual do Ceará

_____

Profª. Amélia Cristina Alves Bezerra
Doutora em Geografia
Universidade Federal Fluminense

_____

Profª. Ana Maria Matos Araújo
Doutora em Geografia
Universidade Federal de Sergipe

À memória das duas lutadoras que me trouxeram até aqui, minha mãe e minha avó Rita.

“A escada dos fundos não é a entrada usual de uma casa. Não é tão clara, limpa e solene como a entrada da frente. É sóbria e nua e, por vezes, encontra-se um pouco descuidada. Mas, em compensação, para subir por ela não é preciso vestir-se de modo especialmente elegante. Sobe-se tal qual se é, e cada um se apresenta tal qual é. Contudo, pela escada dos fundos também se chega ao mesmo destino da escada da frente: às pessoas que moram lá em cima”.

Wilhelm Weischedel

AGRADECIMENTOS

Na caminhada que me trouxe até a “conclusão” deste trabalho muitos foram aqueles que me deram apoio, me criticaram, conviveram, dividiram as angústias e dificuldades enfrentadas. Estes sujeitos são todos *co-autores* deste trabalho, por mais que a burocracia acadêmica não os permita incluir como tal, ao mesmo passo que imprime a essa palavra significado tão pejorativo. Desta forma, resta ao menos agradecê-los. E não serão poucos.

Agradeço especialmente ao meu pai, Antonio Carlos da Costa, pela credibilidade depositada, acreditando nos meus objetivos, pela força e serenidade com que enfrentou meu desejo de pôr o pé na estrada, pelo apoio concedido (apoio emocional e enquanto PAItrocinador durante os meses sem bolsa de estudos), sem o qual eu não teria conseguido enfrentar a maioria das dificuldades encontradas nessa caminhada – muitas delas que impossibilitariam a realização deste trabalho.

De modo não menos especial, agradeço – *in memoriam* – à minha mãe, Lusinete Rocha da Costa – carinhosamente rebatizada pelo mundo como Leli, por ter proporcionado a mim condições materiais e imateriais que me fizeram seguir meu caminho, com segurança e brilho no olhar. Mãe, obrigado!

A minha querida irmã, Kátia Kely Rocha da Costa, por ser sempre presente, mesmo com os mais de três mil quilômetros de distância que nos separam, passando força e incentivo para a continuação do caminho árduo da dedicação à Academia.

À minha avó Rita Gama – *in memoriam* – que me recebeu em seu lar com a alegria de sempre estampada no rosto, com a garra que herdou minha mãe e com a vontade de ver “certos desejos de uma mulher” se concretizarem. Eternamente grato e com muitas saudades...

À minha avó Rosa Gama pelo constante apoio e incentivo no enfrentamento das dificuldades colocadas à frente da caminhada árdua a ser empreendida.

À querida tia Elizabeth – *in memoriam* – por me receber sempre com um sorriso de quem deseja a felicidade de outrem, pelo apoio e pelo incentivo nas horas

difíceis. Sorrateiramente retirada de nosso meio pelas efemérides do estar vivo, deixará saudades eternas... A ti, agradeço profundamente.

A Joice Almeida, pelos sentimentos compartilhados, pela compreensão nas ausências e pela confiança de que em tudo cabe um propósito. Pela solidez no apoio nos momentos em que o chão faltou e pela delicadeza que acalenta o embrutecimento cotidiano fruto das lides na burocracia acadêmica. Os sentimentos que esse "agradecer" carrega nunca serão compatíveis e nunca caberão num trabalho dessa natureza. Por tudo (o que passamos e o que haveremos de passar...), obrigado!

De maneira também especial, agradeço aos companheiros Ubiratane Rodrigues, Sávio Dias e Simone Cristina pelos momentos vividos em Fortaleza. Simone, sempre mostrando que cabe um sorriso... Sávio, mostrando um exemplo de empenho e dedicação... Ubiratane, acolhendo e mostrando que o Outro é muito mais que aquele que está próximo. Cada um a sua maneira, estiveram e apoiaram em momentos difíceis, acalentados com sorrisos, planos, cafés... mais planos e cafés... na construção de uma amizade que só tende a se fortalecer.

Aos camaradas de *Geo-grafias,* dos mais "antigos" aos mais "recentes" – na verdade, os de sempre: Eduardo Celestino, Ricardo Monteles, Tayllo Monteles, José Herbert de Souza, Demétrios Cadete, Fernando Rodrigues, Cícero Hermes Lobo, Juarez Diniz, Josoaldo Rêgo, Márcio José Costa, Lourival Rodolfo Jr, Cleilton Paz, Jorge Luis Almeida, Roni Silva, Jemima Silvestre, Carlos Alberto Pereira e a querida Janaina Almeida. Todos vocês têm suas marcas neste trabalho... Obrigado!

A Maria de Fátima – Dona Fátima, pelo acolhimento e carinho maternal com que me trata, fazendo-me sentir protegido nestes tempos duros... O apoio fornecido, sempre acompanhado de boas gargalhadas, fez com que cada passo à frente fosse dado com mais força e solidez. Obrigado por tudo!

Aos companheiros da turma 2008 do MAG, pelas experiências compartilhadas e pelo reforço no entendimento do significado da palavra diferença. Especialmente, agradeço aos que convivi com mais proximidade: Bernadete M. C. Freitas, companheira lutadora, coerente, que sabe o significado da palavra utopia e recorre a ela sempre que necessário; Tereza Sandra L. Vasconcelos e Camila D. dos Santos, exemplos de dedicação à pesquisa acadêmica, amigas que sempre contribuíram positivamente no desenrolar deste trabalho; José Auricélio G. Lima,

exemplo de ser humano, sempre alegre e disposto a ajudar, mais um irmão que o mundo me deu ao longo dessa caminhada;

Ao Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, pela oportunidade de aprendizado proporcionada, no seio de um curso erguido com trabalho e dedicação de muitos. Fica o desejo de sucesso ao curso e aos que o fazem!

À professora Dra. Luzia Neide M. T. Coriolano pela orientação e acolhimento, desde o primeiro contato. Apesar do distanciamento, a liberdade e a certa autonomia creditada, além das indicações na elaboração textual, foram muito valorosas e farão parte de minha trajetória profissional certamente.

Aos que fizeram e fazem existir o Núcleo de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR/MAG/UECE. A experiência no Núcleo foi muito proveitosa, me apontando práticas a seguir e a não seguir daqui em diante.

À professora Dra. Amélia Cristina Alves Bezerra pelo acompanhamento ao longo da pesquisa. Suas colaborações, constantes desde o ano de 2007, quando da orientação no curso de especialização em Geografia do Nordeste oferecido pelo Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, são responsáveis por grande parte da arquitetura teórica presente nesse trabalho (salvos os equívocos certamente existentes). Especialmente, agradeço pelas colaborações precisas, por ocasião do Exame de Qualificação.

À professora Dra. Ana Matos Araújo pelas críticas e sugestões apontadas durante o Exame de Qualificação. Suas observações foram deveras pertinentes e contribuíram muito com a elaboração de um *plano de estudos* para além deste curso de mestrado, mesmo que algumas de suas indicações não tenham sido inseridas ainda no corpo deste trabalho (por falta de preparo ou “fôlego” deste pesquisador).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa durante os últimos 18 meses do curso.

Aos moradores e moradoras das comunidades estudadas, especialmente aos que cederam entrevistas e estabeleceram diálogos riquíssimos ao longo da pesquisa, indicando caminhos e clarificando partes obscuras da investigação. A vocês sou e serei sempre grato pela experiência proporcionada.

Haveria certamente muito mais a quem agradecer, sobretudo pelas dificuldades enfrentadas para até aqui chegar (não foram poucas). Agradeço por fim, aos demais que neste momento de construção estiveram comigo, como companhia agradável ou incômoda. De uma forma ou de outra, vocês contribuíram para o ser que hoje sou e que materializa neste trabalho diversas marcas. Evitando cansaço prévio ao leitor, seus nomes não serão aqui citados.

RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de estudo as comunidades de Redonda e Tremembé, ambas situadas no litoral leste cearense, no município de Icapuí. Este município litorâneo tem formação territorial ligada aos caminhos do gado e à pesca artesanal. No contexto da expansão da atividade turística no estado do Ceará, essas comunidades configuram-se como polos receptores de turismo, tornando-se, elas próprias, atrativos turísticos do município, fato associado à história de luta e organização comunitária das famílias de pescadores. Investigou-se como o turismo tem agido na produção e no consumo do espaço nas comunidades. O objetivo foi analisar a produção do espaço em Redonda e Tremembé, enfocando conflitos e resistências relacionadas à inserção da atividade turística. No processo de valorização dos espaços litorâneos, empreendimentos turísticos de diferentes padrões e portes foram instalados nas comunidades pesqueiras icapuienses. As atividades capitalistas, em especial o turismo, destinam diferentes lógicas de usos do litoral, indo de encontro às práticas tradicionais. Redonda e Tremembé vivenciam esse processo de formas distintas, em contraditória articulação entre as dinâmicas ditas globalizadas e as particularidades características do lugar. Redonda desenvolve experiência de turismo de base local, na medida em que parte de seus moradores tornaram-se empreendedores e buscaram o crescimento da comunidade tendo como base os interesses e as demandas do lugar, pensando e construindo propostas de turismo comunitário, embora dinâmicas hegemônicas venham sendo conflituosamente inseridas ali. Em Tremembé essa construção comunitária de modelos alternativos de turismo está restrita à experiência desenvolvida por uma Organização Não Governamental, experiência que representa tentativa de forjar um modelo de turismo comunitário naquele lugar, na medida em que a comunidade não é inserida na construção e no desenvolvimento da proposta, ficando Tremembé como espaço aberto às dinâmicas hegemônicas do turismo materializadas por empreendimentos de origem europeia. De ambas as formas, estas comunidades pesqueiras tem se inserido no mercado turístico, respondendo a normas externas e em parte produzindo-as, incidindo sobre a produção desses espaços que, no atual momento histórico, se colocam como lugares a serem consumidos, mas que mais que mercadorias, são lugares onde a vida se processa.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Turismo; Comunidades Pesqueiras; Icapuí-CE.

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the communities of Redonda and Tremembé, both located on the east coast of Ceará, in the municipality of Icapuí. This coastal city has territorial formation linked to the ways of cattle and fishing. In the context of the expansion of tourism in Ceará state, these communities are configured as receivers tourism poles, becoming, themselves, tourist attractions of the city, a fact associated with the history of struggle and community organization of fishermen families. It was investigated how tourism has acted in the production and consumption of space in the communities. The objective was to analyze the space production by tourism in the communities of Redonda and Tremembé, focusing on conflicts and resistances related to the integration of tourism. In the process of appreciation of coastal areas, tourism enterprises of different patterns and sizes have been installed in Icapuí's fishing communities. Capitalist activities, particularly tourism, intend different logics' use of the coast, going against traditional practices. Redonda and Tremembé go through this process in different ways, in a contradictory relationship between the dynamics so-called global and the particular characteristics of the place. Redonda develops tourism experience of local base, since part of its residents have become entrepreneurs and sought the community's growth based on the interests and demands of the place, thinking and building proposals for community tourism, although hegemonic dynamics have been conflicting inserted there. In Tremembé this community construction of tourism alternative models is restricted to the experience developed by one Non Governmental Organization, an experience that represents an attempt to forge a model of community tourism in that place, to the extent that the community is not included in the construction and development of proposal, leaving Tremembé as an open space to tourism hegemonic dynamics materialized by enterprises of European origin. Either way, these fishing communities have been inserted into the tourist market, responding to external rules and partly producing them, focusing on the production of these spaces which, in the current historical moment, stand as places to be consumed, but that more than goods are places where life takes place.

Keywords: Production of Space; Tourism; Fishing Communities; Icapuí-CE**.**

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Icapuí. 28

Figura 02: Marambaias feitas de tambores metálicos. 36

Figura 03: Embarcações apreendidas por pescadores artesanais por praticarem pesca "de compressor". 37

Figura 04: Palavra de Ordem pintada em embarcação "apreendida" por pescadores artesanais da comunidade de Redonda. 38

Figura 05: Pôr do sol na Salina Nazaré: no mesmo espaço o brilho do sol e o fatídico "cemitério de mangue". 39

Figura 06: Bares à beira-mar. 76

Figura 07 Pousada domiciliar de morador de Redonda. 76

Figura 08: Oh Linda pousada, localizada próximo à borda da falésia. 77

Figura 09: Quiosque parcialmente destruído pelo avanço da linha de preamar. 79

Figura 10: Calçadão, arruamento e sistema de escoamento destruídos. .. 79

Figura 11: Fachada da Pousada Tremembé na atualidade. 87

Figura 12: Placa da pousada e referência à sua proposta de turismo. 87

Figura 13: Bangalô para hospedagem isolada – Hotel Casa do Mar. 89

Figura 14: Fachada do prédio principal – Hotel Casa do Mar. 89

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Distribuições de meios de hospedagem no município de Icapuí. 65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICA – Associação Cultural Icapuiense.

AQUASIS - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base.

CODITUR – Companhia do Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará.

COOPITUR – Cooperativa Icapuiense de Turismo.

FBC – Fundação Brasil Cidadão.

FGV – Fundação Getulio Vargas

ENCETUR – Empresa Cearense de Turismo S/A.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

OMT – Organização Mundial de Turismo.

ONG – Organização Não-Governamental.

PAT – Plano de Ação Turística de Icapuí.

PDLSI – Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapuí.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PRODETUR-NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PSF – Programa Saúde da Família.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

SETUR – Secretária de Turismo do Estado do Ceará.

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UN-RNCE - Unidade de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 ICAPUÍ NO LITORAL CEARENSE: bases para uma análise do papel do turismo na produção do espaço em Icapuí..... 21

2.1 O turismo e a valorização do espaço litorâneo cearense..... 25

2.2 O espaço icapuiense: comunidades pesqueiras, formação territorial e dinâmicas socioespaciais 27

3 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DO ESPAÇO EM ICAPUÍ-CE 44

3.1 A atividade turística e a produção do espaço 52

3.2 O turismo encontra Icapuí. Icapuí encontra o turismo 59

3.3 As comunidades pesqueiras marítimas e a inserção do turismo: resistências, conflitos e alternativas..... 62

3.4 Em busca de alternativas: a adesão ao turismo comunitário e o papel das Organizações Não Governamentais 67

4 TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM REDONDA E TREMEMBÉ: contradições, r-existências e alternativas 71

4.1 Turismo, consumo e produção do espaço na comunidade de Redonda..... 71

4.2 Turismo, consumo e produção do espaço na comunidade de Tremembé..... 84

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 92

REFERÊNCIAS 96

APÊNDICE..... 105

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE**, analisa como o turismo tem agido na produção e no consumo do espaço nas comunidades mencionadas. Tem-se, portanto, como objeto de estudo as comunidades de Redonda e Tremembé, ambas situadas no litoral leste cearense, no município de Icapuí.

A pesquisa advém de inquietações originadas neste pesquisador quando de suas vivências naquele município, em visitas realizadas desde a infância quase que anualmente. Icapuí é espaço vivido por este pesquisador desde criança, vivenciando experiências no lugar e agora o transformando em objeto de investigação acadêmica. Lá nasceram os pais, os avós e familiares, o que gerou oportunidades de relacionar-se com o espaço produzido e com habitantes, aqui tomados como sujeitos do processo, acompanhando mudanças significativas na dinâmica do município.

Após o início da vida acadêmica, na Universidade Federal do Maranhão, o olhar cada vez mais aguçado do aspirante a geógrafo passou a dar maiores atenções às dinâmicas socioespaciais, econômicas e políticas que se instalavam naquele rincão e eram observadas desde as primeiras visitas às comunidades as quais se dedica este trabalho. A posterior busca por um curso de mestrado em Geografia na UECE levaria ao aprofundamento das questões lentamente levantadas a respeito de tais dinâmicas e culminaria no desenvolvimento da pesquisa ora apresentada nesta dissertação.

Um ano antes do início do mestrado instalei-me naquela cidade, passando a viver mais próximo e a experimentar cotidianamente as alterações que conhecia como visitante e membro de uma árvore genealógica incansavelmente repetida nas apresentações familiares. Essa experiência fez melhorar o entendimento, agora proporcionando ao pesquisador um olhar a partir de outro ângulo: o de morador de pequena cidade do litoral cearense e comumente chamada de paraíso, principalmente por aqueles que ali vão em busca de paz e sossego. A chegada do turismo elabora novas imagens daquele lugar, discursivamente ou

enquanto simulacro de realidade. Compreender e explicar essa história, esse espaço e as transformações pelas quais vem passando em decorrência do desenvolvimento desta atividade é a pretensão deste trabalho, pautado no desejo de contribuir com as comunidades.

Icapuí tem sua formação territorial ligada aos caminhos do gado e às comunidades pesqueiras. A consolidação desses espaços na rota da antiga estrada geral de praias e à beira-mar produzem peculiaridades no município, oferecendo oportunidade de inserção do turismo em seu espaço a partir da década de 1990, sobretudo nas comunidades litorâneas.

O movimento de emancipação política da década de 1980 implanta no município um modelo de gestão que produziu resultados satisfatórios, dando destaque nacional e internacional ao município de Icapuí, principalmente no que diz respeito às políticas de saúde e educação. O modelo de gestão deu base para movimentos de organização comunitária no seio do município, sobretudo em algumas comunidades pesqueiras, com destaque para Redonda, que é pioneira na organização de propostas de turismo comunitário no estado do Ceará.

As comunidades são marcadas por modos de vida tidos como “tradicionais”, sua vinculação com o mar culmina no fato de ser a pesca (especificamente a da lagosta) a principal atividade econômica do município. Entretanto, outras dinâmicas econômicas são inseridas nesses espaços, quando, frente ao processo contínuo de valorização dos espaços litorâneos, vêm sendo ocupados por empreendimentos turísticos de diferentes padrões e portes.

Outras destinações são apontadas a esses espaços, diferentes das estabelecidas cotidianamente a partir da relação com o mar e com a pesca, o que implica na inserção de outras lógicas de usos do litoral.

Este processo desenvolve-se em Icapuí a partir da expansão da atividade turística pelo litoral cearense, quando comunidades litorâneas configuram-se como polos receptores de turistas, tornando-se, elas próprias, atrativos turísticos. Nesse caminho, diferentes formas de desenvolvimento do turismo foram experimentadas pelos povos que habitam as comunidades. Algumas desencadearam segregações e desigualdades, ao passo que em outras comunidades têm se organizado diferentes formas de oferecer serviços turísticos, embora, em certos casos, as iniciativas

venham sendo cooptadas ou mesmo sufocadas frente ao competitivo mercado em que se situa a atividade.

As comunidades de Redonda e Tremembé destacam-se como os dois principais destinos turísticos do município de Icapuí. Estas concentram a maior parte dos meios de hospedagem e serviços voltados a atender a demanda turística. Cada uma das comunidades promove dinâmica de forma distinta, em contraditória articulação entre as dinâmicas ditas globalizadas e as particularidades características do lugar.

O processo tem incitado algumas questões que se põem como norteadoras das reflexões aqui empreendidas: Como ocorre a inserção e o desenvolvimento da atividade turística no município de Icapuí? Como se desenvolve o turismo nas comunidades de Redonda e Tremembé e quais as relações e distinções existentes entre elas? Quais as formas de organização em resistência ao modelo de turismo convencional? Como tem sido organizado e desenvolvido o turismo comunitário nesses espaços? O modelo de turismo comunitário é alternativa para comunidades ou legitimação para a inserção da atividade nesses espaços? Como o turismo tem agido na produção e no cosumo do espaço em Redonda e Tremembé? Em que diferem?

Partindo dessas questões, define-se como objetivo analisar a produção e o consumo do espaço pelo turismo nas comunidades de Redonda e Tremembé. Especificamente, propõe-se compreender o processo histórico de inserção do turismo no município de Icapuí; identificar as práticas e os modelos de turismo ali desenvolvidos; conhecer e analisar os conflitos existentes nestas comunidades em torno da atividade turística; analisar as alterações nos usos do espaço das comunidades de Redonda e Tremembé; além de relacionar o turismo com a atuação das ONGs nas comunidades.

Compreender o processo que se desenvolve em Icapuí, como se propõe neste trabalho, requer o esforço analítico de sobrepor e imbricar dimensões que, em alguns momentos, são separadas por motivos de exposição didática, sem que estas sejam pensadas como dados isolados no real.

A reflexão aqui realizada parte do entendimento de que o espaço é produto social. Assenta-se a reflexão a partir dos pressupostos teóricos elaborados

por Henri Lefebvre acerca da produção do espaço, o qual propõe teoria espacial unitária, elaboração que visa alcançar o conhecimento *do espaço*, não somente das coisas *no espaço*. Isto possibilita um entendimento mais claro dos processos desencadeados a partir do turismo nas comunidades litorâneas de Icapuí e sua participação na produção do espaço daquele município, evitando-se julgamentos prévios e inconsistentes.

Aproximando-se teórica e metodologicamente das proposições lefebvreanas, preocupa-se com o entendimento do embate entre a presença do *valor de uso* e do *valor de troca* no espaço. A partir disso, confronta-se o espaço concebido com o espaço vivido, ou seja, as representações do espaço, concebidas pelo Estado e pelo mercado (hoje com relações cada vez mais imbricadas), com os espaços de representação, vividos pelos povos que *usam* o espaço comunitário.

Assim, com o intuito de atingir os objetivos propostos, após a revisão de literatura e o estabelecimento do marco teórico-metodológico, foram realizadas pesquisas em órgãos públicos municipais, com a finalidade de conhecer as políticas já elaboradas e em elaboração por parte do poder público e suas parcerias. Diga-se de passagem, as visitas a esses órgãos demonstraram-nos não só a dificuldade de se obter dados quando se realizam pesquisas em pequenas cidades, mas também o nível de descaso com a coisa pública.

Além disso, trabalhos de campo foram realizados durante todo o ano de 2009 nas comunidades de Redonda e Tremembé, selecionadas por se configurarem distintamente em relação ao mesmo processo: a primeira guarda elementos de resistência (e mesmo de r-existência, nos termos propostos por Porto-Gonçalves (2001)), na luta para “preservar” um modo de vida dito “tradicional”, resistindo, mesmo que não na totalidade, às formas de penetração de novas lógicas na comunidade; a segunda convive de forma mais acentuada com as relações entre o global e o local, com a comunidade pesqueira residindo nos espaços não ocupados por hotéis, pousadas e espaços especulativos reservados à valorização da propriedade e não se relacionando de forma tão forte com o desenvolvimento do turismo.

As vivências nas comunidades foram compostas por incursões para observação, levantamento de material fotográfico, produção de material cartográfico, entrevistas e demais procedimentos corriqueiros do fazer acadêmico, mas também

por domingos ensolarados, passeios de barco, noites de reggae, almoços entre amigos, elementos que deram mais substância às impressões do pesquisador, sem as quais certamente as inferências expostas aqui seriam outras.

As sistematizadas incursões ao campo proporcionaram a análise das alterações na produção do espaço das comunidades de Redonda e Tremembé a partir da compreensão do estabelecimento de diferentes usos e significados atribuídos ao espaço das comunidades pesqueiras advindos da inserção do turismo. Foram realizadas entrevistas para subsidiar a compreensão de moradores do lugar sobre a introdução do turismo, o funcionamento da atividade em suas comunidades, bem como as alterações desencadeadas a partir desta, tanto no que diz respeito aos usos do espaço, quanto aos modos de vida.

O trabalho encontra-se estruturado em três seções. A primeira, *Icapuí no Litoral Cearense*, traz uma abordagem acerca da formação do território, realizando um resgate histórico do município e evidenciando sua trajetória política. Situa-se o Icapuí no processo de valorização dos espaços litorâneos, destacando-se o caráter particular de seu território, marcadamente vinculado à pesca e às comunidades pesqueiras ditas “tradicionais”.

Na seção seguinte, *Produção e Consumo do Espaço em Icapuí-CE*, desenvolvem-se reflexões sobre a produção do espaço, situando o turismo nesse processo. O transcurso realiza aproximação teórica com a proposição de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço, subsidiando o entendimento do turismo enquanto importante elemento desse processo. A partir disso, apresenta-se o caminho pelo qual o município de Icapuí é “encontrado” pelo turismo ao mesmo tempo em que o “encontra” como possibilidade. Isso remete à inserção dessa atividade no seio das comunidades pesqueiras e aos conflitos e alternativas daí resultantes.

Na terceira seção, *Turismo e Produção do Espaço em Redonda e Tremembé*, apresentam-se as comunidades foco do estudo, analisando os processos desenvolvidos em seus espaços. As análises entrecruzam-se com as falas de sujeitos das duas comunidades, expressando a compreensão do lugar frente aos processos que ali se inserem.

Após isso, expõem-se derradeiras considerações, embora se compreenda que este estudo não encerra o debate acerca da relação entre turismo e produção do espaço no município de Icapuí, sobretudo no que se refere às comunidades onde elementos de r-existência são mais presentes. Espera-se, contudo, contribuir para as reflexões sobre a temática, ensejando futuras análises acerca da produção do espaço naquele município.

Ademais, os resultados da pesquisa podem contribuir para a explicação das políticas de turismo no município (políticas públicas ou políticas ditas “alternativas”) e poderão apontar subsídios para um planejamento diferenciado do turismo em espaços litorâneos, onde predominam comunidades pesqueiras. Planejamento esse que contemple as necessidades das comunidades, evitando a busca por um desenvolvimento que homogeneíze lugares, direcionando-se apenas ao mercado, como se este fosse a representação de todas as necessidades humanas.

2 ICAPUÍ NO LITORAL CEARENSE: bases para compreensão do papel do turismo na produção do espaço em Icapuí.

Nos espaços litorâneos estão concentradas as maiores cidades do mundo, reunindo a maior parte da população do planeta, a mais alta concentração e pluralidade de serviços, além de parte significativa dos símbolos que representam a sociedade de consumo erguida nos moldes do capitalismo contemporâneo. Trata-se de parcela do espaço de valorização moderna, desenvolvida a partir de re-significações e destinação de diferentes usos a essas áreas, estabelecendo-se um processo contínuo de valorização desses espaços. A produção capitalista transmuta espaços antes tidos como território do medo, do desconhecido, repulsivos, transformando-os em territórios cobiçados e atrativos para o consumo. Situado no litoral, Icapuí foi e é perpassada por vetores do processo, assim como tantas outras aglomerações populacionais litorâneas do Nordeste brasileiro.

São muitas as análises que apontam para o processo de valorização do espaço litorâneo, evidenciando destaque frente aos demais espaços ocupados, produzidos e consumidos pela sociedade, dentre as quais se pode destacar como exemplo as contribuições de Corbin (1988), Dantas (2002) e Moraes (2007).

Segundo Moraes (2007, p. 21), o litoral particulariza-se modernamente, também, “por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência”, o que tem sustentado as “atividades turísticas e de veraneio”. Esses usos, usos “modernos”, fazem do litoral um novo objeto de desejo.

Dantas, Pereira e Panizza (2008a, p. 01) apontam que “os espaços à beira-mar tornam-se objetos de desejo quando mudanças paulatinas nas representações sociais desmistificam o, até então, desconhecido”.

Essa representação acerca do litoral faz com que passe a ser explorado para fins que ultrapassam o trabalho e a moradia, sendo aproveitado também por práticas marítimas modernas, como expõe Dantas (2002). Corbin (1988) aponta como motivo para a intensificação desse desejo pelo mar a mudança de olhar sobre o espaço litorâneo que se dá por meio da divulgação dos progressos científicos e

suas aplicações, como no caso das Grandes Navegações que ligaram o europeu ao Novo Mundo.

Nesse processo, as praias, que eram espaços portadores de imagens repulsivas, adquirem outro uso quando seu significado é modificado, revertendo-se as imagens negativas associadas ao mar e aos espaços de contato direto com ele. As praias passam então a serem vistas como lugar de românticos, de purificação e cura, culminando mais tarde no uso para o descanso da nobreza. Assim, “o mar e o marítimo tornam-se, no final do século XX, verdadeiro fenômeno de sociedade” (DANTAS, PEREIRA; PANIZZA, 2008a, p. 01).

Funda-se nesse processo a intensa apropriação do litoral, desencadeada por meio da incorporação desses espaços ao mercado de terras e ao turismo. Essa incorporação promove a intensificação dos processos de *valoração* e *valorização* do litoral, atribuindo-lhe valor, especificando-lhe um preço.

Moraes (2007, p. 23) esclarece distinção entre esses dois conceitos e assere que “[...] a valoração é o ato de atribuição de valor, isto é, de mensuração qualitativa ou quantitativa de um bem ou conjunto de bens”. Ela resulta, portanto, em representação (um constructo, nas palavras de Moraes) que se fundamenta em equivalências e padrões gerados a partir da realidade ao serem apropriados intelectualmente (imaterialmente). Nesse sentido, “o ato de valorar inscreve-se no universo das práticas discursivas, portando suas formas de expressão e legitimação próprias [...]”. O estabelecimento do preço enquanto unidade capaz de produzir equivalências aparece como boa exemplificação do ato de valorar (MORAES, 2007).

Por seu turno, valorizar “significa a realização (objetivação) do valor, sua apropriação material. É o ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma utilidade para a vida humana” (MORAES, 2007, p. 23). Assim, a valorização figura como um resultado do trabalho, “ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados”. A valorização é ação com fim previamente estabelecido. Nas palavras de Moraes: “[...] o processo de valorização implica no estabelecimento de fins e na avaliação de alternativas e meios, logo tem a valoração como um de seus momentos constitutivos” (MORAES, 2007, p. 23).

Partindo desse pressuposto, a atribuição de um preço à terra, à porção situada no litoral neste caso específico, é apenas parte do processo de valorização dos espaços litorâneos. Como bem destaca Moraes (2007, p. 25-26):

> Obviamente o preço da terra não traduz o valor total de um lugar, mas fornece uma indicação precisa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado.

A *valorização* do espaço, portanto, é um processo mais amplo que a simples atribuição de preço, mas sim a construção do valor total deste, conforme suas utilidades, formas de uso, estas construídas e desenvolvidas a partir de ações teleológicas.

Como colocam Dantas, Pereira e Panizza (2008a, p. 01): “A valorização, como produção social, não se define apenas pela criação de valor caracterizada pelas teorias econômicas”. Essa valorização é processada a partir de diversos aspectos “simbólicos, culturais, tecnológicos e ambientais”.

As re-significações do litoral serviram para isso, atribuindo outros usos e, consequentemente, outro valor ao espaço. Estes mesmos autores indicam que a valorização e re-significação são auxiliadas pelos meios de comunicação de massa[1] que “constroem imagens, caracterizando as zonas de praia como paraísos terrestres” (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008a, p. 01).

A valorização desses espaços conduz a nova lógica de ocupação do território, centralizada agora no litoral. A urbanização concentrada à beira-mar e a presença de grandes cidades nessa área são resultados desse processo.

Dá-se, então, a modificação dos usos do litoral, antes tido como lugar de habitação e de trabalho dos pescadores, agora estabelecido como lugar de negócios – especulação imobiliária, dos empreendedores turísticos etc. (DANTAS, 2002). Nesse ínterim, o litoral consolida-se como importante espaço a ser apropriado pelo capital, como forma de garantir sua reprodução ampliada.

[1] Para uma melhor compreensão sobre o papel dos meios de comunicação especificamente na atividade turística, conferir Nielsen (2002), principalmente as partes I e II.

Dantas, Pereira e Panizza (2008b, p. 1) mostram que “[...] até o Século XIX, o estabelecer-se na praia, ou visitá-la, não era concebido pela elite local”. Este quadro, segundo os mesmos autores, “[...] começa a se modificar com a consolidação das práticas marítimas modernas associadas ao tratamento terapêutico: a fadiga da elite curada pelos banhos de mar e o tratamento de doenças pulmonares (p. 1)”. Estes dois processos, é importante ressaltar, não promovem uma lógica de urbanização considerável àqueles espaços. Para os autores, eles “[...] apenas constituem fenômeno de intervenção pontual que não coloca em xeque as práticas marítimas tradicionais (a pesca e o porto) (p. 01)”.

> [...] este quadro de urbanização pontual e pouco expressiva muda, paulatinamente, desde o início do século XX. Se até aquele momento o morar na praia era atributo exclusivo das populações tradicionais e pobres, estabelecidas em vilarejos de pescadores, a chegada dos vilegiaturistas, animados pelo anseio em estabelecer-se na praia, impõe nova racionalidade (DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008b, p. 2).

As mudanças irão materializar-se no litoral a partir da intensificação do processo de urbanização, movido principalmente pela demanda por espaços de lazer (as praias). Esse processo desenvolve-se para além dos espaços das capitais – onde a valorização se dá inicialmente – e passa a apropriar-se também das áreas rurais de municípios vizinhos. Dantas, Pereira e Panizza (2008b, p. 02) destacam que os pioneiros “[...] descobrem novos espaços de sociabilidade e na sequencia os empreendedores imobiliários aproveitam-se do efeito de moda para oferecer loteamentos, sem nenhuma infraestrutura, aos seguidores dos amantes de praia”.

A saída dos maiores centros urbanos impulsiona processos de especulação imobiliária, movimentando o mercado imobiliário nas zonas de praia. Com o passar do tempo, além dos municípios vizinhos às capitais, este mesmo processo alcança a totalidade[2] dos municípios litorâneos em diversos estados nordestinos, como nos casos enfocados nos trabalhos já citados de Dantas, Pereira e Panizza – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

[2] Por mais que falar em totalidade nestes tempos se coloque como algo “perigoso”, Moraes (2007, p. 45) nos indica que “Obviamente, serão encontradas [...] áreas de ocupação bastante incipientes, *aparentemente* ainda não submetidas à lógica do mercado. Contudo, por uma questão de proximidade e contiguidade, tais áreas, se ainda não foram incorporadas enquanto capital potencial (“em pousio”), estão condenadas a sê-lo num futuro próximo”. p. 45.

2.1 O turismo e a valorização do espaço litorâneo cearense

No Ceará, a intensificação da valorização das zonas de praia ocorre principalmente a partir das políticas públicas voltadas para o turismo, estabelecidas no final dos anos 1980, conferindo a estes espaços diferentes usos.

A partir dos anos de 1970, o turismo faz-se presente nos interesses da gestão pública estadual, ganhando importância gradativamente como foco de políticas públicas. Coriolano (1998) estabelece periodização dessas políticas, indo da chamada “fase dos coronéis”, passando por uma “fase de transição” e culminando na “fase dos empresários”, que se estabelece até a atualidade.

Nessa primeira fase – a fase dos coronéis – o turismo ainda não tinha tanto impacto sobre a economia das unidades da federação brasileira, visto que era desenvolvida em “ações desarticuladas”, “dispersas”, sem dimensão política mais precisa (CORIOLANO, 1998, p. 60).

No Ceará, os planos governamentais passam a abordar a atividade turística, embora nos primeiros anos da década de 1970 o potencial turístico cearense apareça apenas rapidamente nestes documentos, fazendo “tímida e frágil identificação do potencial turístico do estado” (CORIOLANO, 1998, p. 60).

Nessa mesma década é criada a Empresa Cearense de Turismo S/A – ENCETUR – que fica incumbida de cuidar da atividade no Ceará. A partir disso se ampliam os objetivos para o turismo no estado, emergindo cada vez mais como atividade de maior força.

Na segunda fase – a fase de transição – o turismo passa a ser pensado sob bases mais sólidas, planejado com mais eficácia. Essa transição do contexto político ditatorial para a implantação da democracia vem acompanhada por algumas novas preocupações que surgem no quadro internacional, como as preocupações referentes à crise ambiental, refletida nas legislações promulgadas nesse período. O turismo passa agora a uma fase em que o capitalismo se aprofunda no Brasil, mas tendo que respeitar os limites impostos por essas legislações.

No Ceará este contexto leva ao planejamento que prioriza “o turismo interno, a educação para o turismo e os programas de conscientização”

(CORIOLANO, 1998, p. 66). Assim é criada a base onde transitariam mais tarde os empresários que chegariam ao poder no estado do Ceará e colocariam o turismo como prioridade.

Isso se dá com a eleição de Tasso Jereissati para o Governo do estado em 1987 (1987-1990). A partir daí, inicia-se a terceira fase, que se estende até a atualidade – a fase dos empresários.

O turismo passa a ser considerado no Ceará como um dos principais vetores do crescimento econômico do estado. É extinta a ENCETUR, substituída pela CODITUR – Companhia do Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará. Com isso, o turismo consolida-se como objetivo do estado ao "ser tratado no mesmo patamar das indústrias" (CORIOLANO, 1998, p. 68), segmento priorizado desde a década de 1960 pelas Superintendências de Desenvolvimento no Brasil.

Com base nisso, o potencial turístico do litoral do estado é destacado e passa ser merecedor de políticas mais arrojadas, "preocupando-se com a preparação da infraestrutura turística do estado" (CORIOLANO, 1998, p. 72). Esta postura do estado frente à atividade turística é reforçada pela implantação e participação do Ceará no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE – e culmina na criação, em 1995, da Secretaria de Turismo – Setur, um novo órgão estatal dedicado exclusivamente à atividade que, já em meados da década de 1990, demonstrava avanços consideráveis, colocando o Ceará entre os principais destinos turísticos nacionais.

É nessa última fase que o turismo se solidifica como um dos vetores para o desenvolvimento do Ceará, ao lado da indústria e da modernização da agricultura.

A respeito disso, Coriolano (1998, p. 66-67) expõe:

> Pode-se afirmar que o turismo foi introduzido programadamente no Ceará, de forma mais arrojada, pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico, no final da década de 1980, com o Plano de Mudanças, do governo Tasso Jereissati (1987/1990). Nesse governo, o Estado passa a considerar o turismo como um dos eixos de propulsão da crescente economia local.

Assim, esses outros usos do litoral espraiam-se para além da capital do estado, regidos por lógicas distintas, guiados por normas estatais e pela incorporação de terras pelo mercado imobiliário.

2.2 O Espaço Icapuiense: comunidades pesqueiras, formação territorial e dinâmicas socioespaciais.

No extremo leste do litoral cearense a zona costeira está amplamente explorada por sua valorização turística e imobiliária – encontra-se o município de Icapuí[3], a aproximadamente 200 km da capital do estado, Fortaleza (Figura 01). O clima tropical e as condições ambientais semiáridas mantêm suas temperaturas médias anuais entre 26° e 28° C, com curto período chuvoso, o que favorece o veraneio e o turismo.

Destaca-se paisagens com inúmeras falésias vivas do agrupamento barreiras, com paredões e plataformas de abrasão que apresentam cores diversas. Toda a paisagem do município guarda grande valor paisagístico, onde se encontram, distribuídos por mais de 60 km de praias, campos de dunas e manguezais, além das predominantes matas de tabuleiro, dos carnaubais e de extensos coqueirais. A cobertura vegetal caracteriza-se por grande riqueza e diversidade, observada desde a mata de tabuleiro de porte arbustivo e arbóreo, à vegetação de praias e dunas, passando, é claro, pelos manguezais e carnaubais ainda existentes.

O município, atualmente com 19.385 habitantes (IBGE, 2009), tem a ocupação de seu território ligada, assim como boa parte da ocupação da região Nordeste do Brasil, à atividade da pecuária.

[3] Icapuí está localizado nas seguintes coordenadas geográficas: 04° 42’ 47” de Latitude Sul e 37° 21’ 19” de Longitude Oeste.

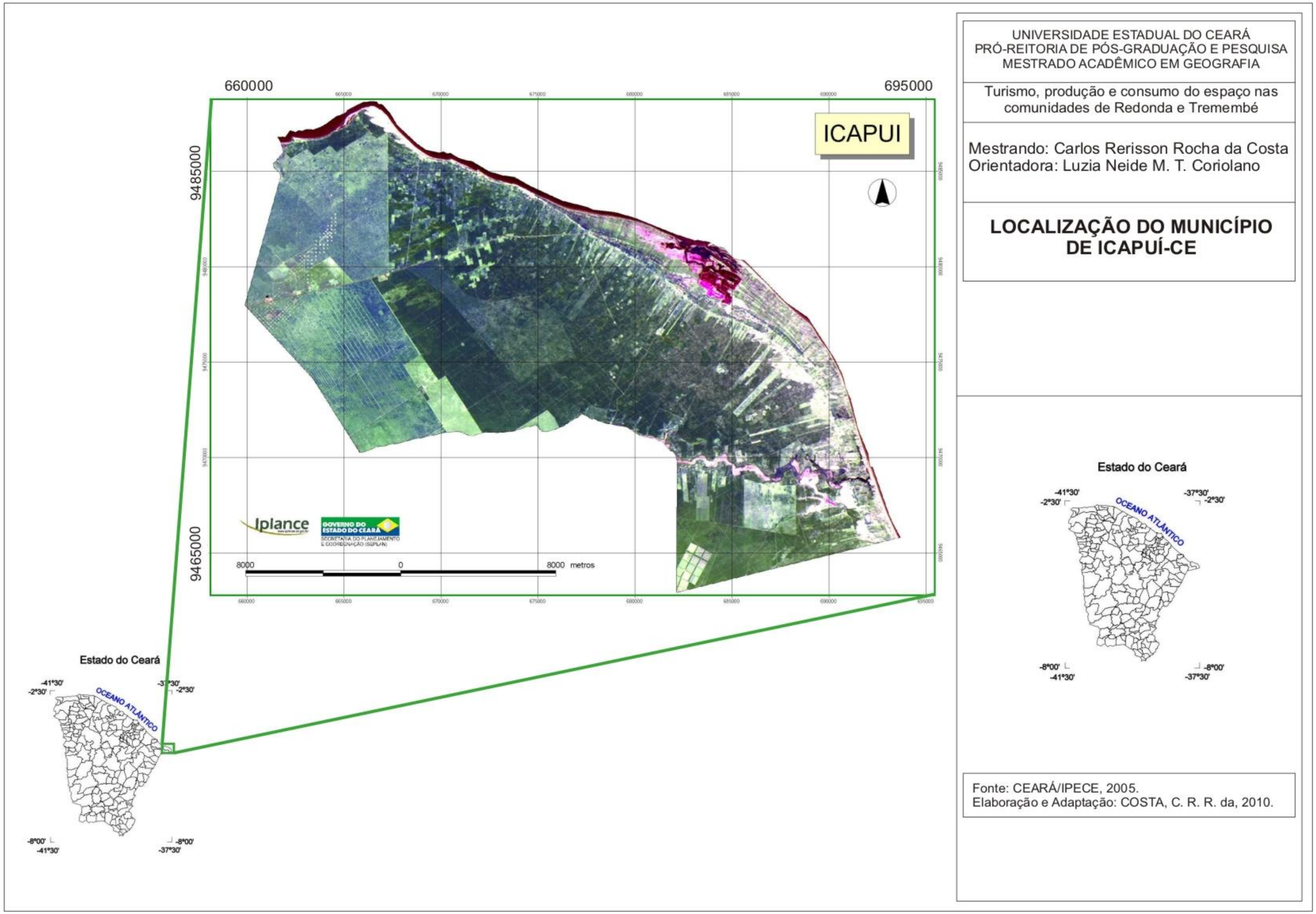


Figura 01 – Localização do município de Icapuí

Fonte: Adaptado de CEARÁ / IPECE, 2005

Atendendo primordialmente ao mercado interno, a pecuária destaca-se como atividade econômica do Nordeste (ao lado da monocultura da cana-de-açúcar, voltada para a exportação do modelo *plantation*) e de grande valor para a compreensão de sua formação social.

Nas áreas ocupadas pela agro-manufatura do açúcar, a criação de gado, voltada para a alimentação e para utilização como força motriz, passa a representar prejuízos, pois ocupava áreas que poderiam ser utilizadas no plantio, cada vez mais lucrativo, da cana-de-açúcar. À medida que os lucros da plantação de cana cresciam, eram crescentes também os rebanhos de gado bovino e o interesse em retirá-los da área das terras propícias para a agricultura.

De acordo com Alencar, Ramalho e Ribeiro (1996), para resolver esse "problema" os reis portugueses proibiram a pecuária no litoral, sendo permitida a presença do gado somente em áreas distantes (como nas determinações da carta régia de Dom Pedro II, de 1701, onde se permitia a criação de gado a partir de 10 léguas do litoral).

Desta forma, a penetração da pecuária ao interior do Nordeste era inevitável, visto que, como afirma Andrade (1996), o gado foi sempre um servo da cana; ocupava áreas pioneiras à sua espera e cada vez mais se distanciava do litoral. O autor lembra ainda que, assim como as áreas ocupadas pelo gado, os centros de consumo, logicamente, também ficavam cada vez mais distantes.

> Foi ele [o gado] que desbravou e ocupou os vales fluviais distantes de Olinda, fixando-se ao sul, no Vale do São Francisco e nos campos de Sergipe e, ao norte, nos tabuleiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Não fosse a pecuária, os tabuleiros ter-se-iam tornado verdadeiros vazios demográficos e econômicos entre as áreas úmidas e férteis das várzeas (ANDRADE, 1996, p. 105).

Freitas Filho (2003) traz que o povoamento de Icapuí aconteceu mais efetivamente durante o século XVIII, quando da utilização do Caminho Praieiro, a Velha Estrada Geral de Praias, por vaqueiros que dirigiam rebanhos de diferentes estados do Brasil para as oficinas de charque na cidade de Aracati, então importante empório comercial e porto. As paradas dos comboios eram feitas em "Icapuí" e vários povoamentos foram se formando ao longo do caminho de forma linear,

originando as primeiras vilas que culminariam na criação, em 1883, do Distrito de Praias, e na constituição posteriormente do município ora em pauta.

Além dessa ligação com a pecuária e os caminhos do gado, a formação do território icapuiense está intimamente ligada ao estabelecimento de comunidades pesqueiras litorâneas, caracterizadas como populações tradicionais, também denominadas de “povos do mar” (DIEGUES, 1995). Segundo Diegues (1996, p. 87-88), essas comunidades ou populações tradicionais têm seu modo de vida caracterizado

> [...] pela vinculação com a natureza, inclusive através de vasto conhecimento e técnicas de manejos, pouco ou nenhuma acumulação de capital, importância de atividades de subsistência ainda que mantendo relações com o mercado, importância dos mitos, símbolos e rituais associados à caça, pesca, coleta, utilização de tecnologias compatíveis e de impacto limitado sobre os ecossistemas naturais, reduzida divisão técnica e social do trabalho, importância dada a unidade familiar na construção de seu modo de vida, auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta, noção de território onde o grupo social se reproduz social e economicamente (pp. 87-88).

Essas populações, por sua relação com o ambiente que os cerca de forma mais direta, apresentam modos de vida e cultura peculiares (MONTELES, 2009). Suas vidas estão intimamente relacionadas com os ciclos naturais dos lugares onde vivem e a apreensão de suas realidades “são baseadas não apenas em experiência e racionalidade, mas em valores, símbolos, crenças e mitos”. Dessa forma, essas populações “reproduzem historicamente seu modo de vida com base em relações próprias com a natureza”, com o ambiente em que se reproduzem socialmente e se territorializam (MONTELES, 2009, p. 41).

Mais que categoria genérica, o termo “populações tradicionais” carrega uma dimensão política.

> No contexto das fronteiras em expansão, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este. Num contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas em lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos aqui como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Noutro contexto ambientalista, o conceito de povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis

> de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de co-gestão do território. Finalmente, o conceito surgiu no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção 169 da OIT, onde cumpriu uma função central nos debates nacionais em torno do respeito aos direitos dos povos (LITTLE, 2002, p. 22-23).

Nesses contextos é que se situam “os povos do mar”. Diegues (1995, p. 27) destaca que alguns grupos de pescadores “com grande tradição marítima” desenvolveram distintas formas de “apropriações socioeconômica e cultural do meio marítimo [...]”. A vinculação ao mar gera uma espécie de “Identidade sócio-ecológico-cultural das comunidades humanas que vivem do mundo do mar” (DIEGUES, 1995, p. 28).

> A constituição histórico-cultural dessas comunidades marítimas está relacionada, de alguma forma, com o distanciamento da "terra" enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sociocultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados a pesca empresarial-capitalista, passam uma parte considerável de seu tempo. (DIEGUES, 1995, p. 30)

Além dessa relação com o mar, nessas comunidades pesqueiras desenvolvem-se trabalhos artesanais manuais em terra. Lima (2002, p. 84) ressalta que nesses dois espaços “registram-se relações fundamentadas por laços de afetividade, de parentesco e apadrinhamento, a religiosidade e o lúdico”. Ademais, existem “vínculos e referenciais construídos a partir da relação sociedade-natureza, da produção de meios de vida, de relações sociais [...], do uso do espaço social, da temporalidade cíclica [...] e da experiência pesqueira na zona costeira” (LIMA, 2002, p. 84).

Tais características são marcas das comunidades enquanto “agrupamento de pessoas que se percebem como unidade social” (ANDER-EGG, 1980, p. 45). No âmbito das comunidades essas pessoas partilham interesses, objetivos e funções, tendo o sentimento de pertencimento a um dado espaço e a determinado grupo social, com os quais se relacionam mutuamente (ANDER-EGG, 1980).

Por essas características a comunidade tem servido como exemplo para diversas unidades sociais e culturais, como expõe Claval (2007). Assim, as comunidades, no âmbito da modernidade, figuram como “crítica ao modo de vida

moderno que prometeu respostas à humanidade, contudo, produziu profundas desigualdades sociais" (CORIOLANO *et al*, 2009, pp. 42-43).

Nesse sentido, a comunidade tem expressado reivindicações que buscam melhores condições de vida e a construção de sociedade pautada na justiça e na igualdade de direitos. Nesse sentido, a vida em comunidade exige igualdade para que seja possível a realização da liberdade. Os povos do mar vivenciam isso em seu cotidiano e articulam lutas na busca de possibilidades distintas das propostas elaboradas pela racionalidade hegemônica.

Esses "povos do mar" são parte importante da história do processo de colonização do estado do Ceará, bem como do restante da região Nordeste. Importantes contribuições sobre a organização dessas comunidades, bem como acerca das resistências e alterações ocorridas em seus modos de vida, podem ser encontradas, por exemplo, em Diegues (1983, 1995, 2004) e, especificamente, sobre comunidades cearenses, nos trabalhos de Silva (2004) e Lima (2002).

A ligação com o mar e com a pesca é fato marcante na formação do município de Icapuí. A história da "canoa veloz"[4] remete ao povoado "Caiçara"[5], como era chamado o município, quando ainda era uma pequena vila do município de Aracati, antes de ter sua nomenclatura modificada para Icapuí, pelo Decreto Lei de 30 de dezembro de 1943, anos depois de sua elevação à categoria de distrito de Aracati, em 1938 (SILVA, 2004).

Silva (2004), ao tratar da emancipação do município faz análise acerca da organização popular da comunidade de Redonda, e afirma que as vilas que dariam origem ao município de Icapuí viviam sob o comando político de Aracati e conviviam com o clientelismo e com as práticas coronelistas que marcavam a política naquele município.

Icapuí, então distrito de Aracati, – agora já na primeira metade do século XX – vivia, conforme aponta Silva (2004), o abandono e a falta de serviços essenciais como saúde, educação e estradas. Resistências e consequentes conflitos

---

4 Estudos indicam ser Icapuí uma palavra do tupi, supostamente uma corruptela de *igara-pui*, que significa coisa ligeira. A denominação canoa veloz está associada à tradicional vinculação do povo do lugar com a pesca e é adotada pela população local. Esta denominação é amplamente utilizada nos setores de produção cultural do município.

5 Do Tupi, denominava a cerca de galhos que protegia as tribos indígenas.

deram força ao desejo de emancipação que se materializou nos anos de 1956/57. Aliadas com deputados contrários à oligarquia Costa Lima, que comandava Aracati, algumas lideranças da região lutam para que o distrito seja elevado à condição de município, ato que se dá através da Lei nº. 4.461 de 15 de janeiro de 1959, tendo suas primeiras eleições municipais marcadas para 1966.

Inserida no contexto da ditadura militar brasileira, a concretização desse fato não ocorreu, sendo impedida pelas forças políticas contrárias à emancipação, apoiadas pelo Decreto Lei de 14 de dezembro de 1964, que anulava todas as leis de criação de municípios, por considerarem estas como ameaça à ordem vigente (SILVA, 2004).

Após o fim da ditadura militar, o debate sobre a emancipação havia chegado a mais comunidades. A ideia de democracia presente nos movimentos das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's – apoiadas explicitamente pelo pároco Monsenhor Diomedes de Oliveira, associada à atuação e militância do movimento estudantil, da Associação Cultural Icapuiense – ACICA – e às lideranças comunitárias e sindicais, trouxeram o desejo de emancipação política à tona, marcado por ampla participação popular.

Com a crise do petróleo nos últimos anos da década de 1970, a Petrobrás investe então em pesquisas e na instalação de novos campos de exploração petrolífera em terra. A instalação da exploração petrolífera no campo da Fazenda Belém, a partir de 30 de junho de 1980, pode também ser destacada como importante motivação para que as lideranças do então distrito de Aracati buscassem a autonomia político-administrativa. Os *Royalties* chamaram a atenção e serviam já como espécie de garantia para a gestão do novo município.

Por meio de plebiscito realizado em janeiro de 1985, Icapuí torna-se um município. Este passo e sua significação para a população do município podem ser compreendidos através das palavras de Silva (2004, p. 50):

> E foi num clima de ampla participação popular e debates acalourados que em janeiro de 1985 através de plebiscito o povo de Icapuí diz SIM e a 'Canoa Veloz' insurge altaneira no 'quadrão da beira-mar'. Sem as amarras de Aracati, redefine seus rumos tendo como principal elemento constitutivo a corresponsabilidade ratificada através da participação popular.

A primeira administração municipal inicia-se em 1986, tendo à frente José Airton Felix Cirilo da Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. O então prefeito filia-se ao Partido dos Trabalhadores – PT – e consolida este partido na administração municipal de Icapuí até o ano de 2004[6], quando, já apresentando ar de declínio, é substituído à frente do poder municipal pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – representado por José Edilson, irmão de José Airton.

Os anos de administração petista deixaram importantes legados ao povo de Icapuí. Embora não seja objetivo neste trabalho fazer avaliação minuciosa desse período da administração municipal, acredita-se que os percursos tomados por esta última tenham importante impacto sobre as formas de produção do espaço daquele município, sendo, portanto, necessária compreensão, ainda que mínima, desses "legados".

No primeiro mandato, diversos foram os enfrentamentos, principalmente no cerne da dotação de estrutura mínima para o funcionamento do aparelho burocrático de governo. Nos demais mandatos, ora dirigidos por José Airton Félix Cirilo da Silva, ora por Francisco José Teixeira, ambos envolvidos no movimento de emancipação política do município, Icapuí passa a encarar os problemas herdados pelo abandono vivido em anos anteriores. Alcança-se, deste modo, importantes conquistas referentes, principalmente, à saúde – sendo o primeiro município a instalar o Programa de Saúde da Família - PSF, posteriormente aplicado em todo o território nacional – e à educação – combatendo o analfabetismo e garantindo a universalização do ensino público, rendendo ao município o prêmio CRIANÇA E PAZ - EDUCAÇÃO, outorgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef em 1999, além do prêmio GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA, outorgado pela FGV - Fundação Getulio Vargas e Fundação Ford em 1996.

Outras conquistas, tais como: os debates sobre a preservação ambiental já no início da década de 1990, a inserção da Educação Ambiental nas escolas e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local, devem ser destacadas. No

[6] O Partido dos Trabalhadores esteve à frente do poder público municipal em Icapuí representado por José Airton Félix Cirilo da Silva, com dois mandatos (1986-1988 e 1993-1996) e Francisco José Teixeira, com três mandatos (1989-1992, 1997-2000 e 2001-2004).

entanto, no limiar do século XXI, a administração petista já passava por problemas internos e externos.

Os impactos desses problemas nas atividades administrativas, nas ações a serem realizadas no município e mesmo na forma de composição política do último mandato petista – tendo como vice-prefeito um membro do PSDB, partido historicamente adversário nas campanhas municipais – retratam que a guinada dada na trajetória política municipal quando da eleição de José Edílson da Silva – PSDB – , em 2004, não é um elemento dissociado do restante do cenário político do município, mas consequência e parte dele. Essa mudança é hoje percebida também nas ruas e praças do município, nas escolas e hospitais, em uma série de deficiências explícitas.

Nesse caminho, ao longo de duas décadas e meia de história, Icapuí mudou, é fato. Os 13.661 habitantes de 1991 chegaram aos 19.385 em 2009 (IBGE, 1991, 2009). Diferentes dinâmicas econômicas e socioespaciais fizeram parte do cotidiano de seu povo.

As formas de concentração da terra à beira-mar têm pressionado os frágeis ecossistemas[7] ao imprimir nas comunidades pesqueiras formas de crescimento que têm gerado diversos impactos, afetando diretamente a qualidade de vida da população.

Na atualidade, a atividade pesqueira destaca-se como principal fonte de renda no município, sendo mais representativa a participação da produção da lagosta. A pesca da lagosta no município de Icapuí iniciou-se em 1957, quando o município ainda era distrito de Aracati. As embarcações eram pequenas, paquetes e pequenos botes que pescavam no Banco dos Cajuais, planície costeira adjunta ao manguezal. Esta atividade passa no transcorrer dos anos por diversas modificações, entrando em períodos de crise a partir da década de 1990.

Devido ao alto preço alcançado com a exportação da lagosta, a pesca passa por modificações consideráveis, sendo utilizadas, então, embarcações de médio porte, motorizadas, dotadas de estrutura de conservação do pescado e com

[7] Para mais informações sobre características ambientais do município de Icapuí e do resto do estado do Ceará, ver LIMA, MORAIS e SOUZA, 2000. Os dois primeiros capítulos trazem importantes contribuições sobre a configuração ecogeográfica e o zoneamento geoambiental do estado do Ceará.

auxílio de equipamentos de navegação, sobretudo aparelhos de Sistema de Posicionamento Global – GPS.[8]

A crise do setor está ligada às formas de pesca, em que se utilizou – mesmo na ilegalidade – a caçoeira[9], que degrada o habitat do crustáceo e apreende também as lagostas pequenas, com possibilidade de crescimento e reprodução.

Associado a isso, processos erosivos que carregam sedimentos para o mar e recobrem o geossistema calcário – principal habitat da lagosta – também tem conferido preocupação para a produção deste crustáceo, que tem importante participação nas exportações do estado do Ceará (LIMA; MORAIS; SOUZA, 2000).

Nos últimos anos, a introdução de atratores artificiais para as lagostas, as chamadas marambaias, utilizadas na pesca de mergulho,[10] tem inserido novos conflitos envolvendo a atividade pesqueira no município. São centenas de milhares de tambores metálicos, como os observados na Figura 02, despejados no mar todos os anos.

Figura 02 – Marambaias feitas de tambores metálicos.
Fonte: www.terramar.org.br/oktiva.net/anexo/123033

[8] A sigla vem do inglês Global Positioning System.

[9] Tipo de rede de pesca utilizada para a pesca de lagosta. A rede é arrastada pelos barcos de pesca e depois recolhida a bordo. No ano de 2007, a fiscalização sobre a utilização ilegal da caçoeira na pesca de lagosta gerou grande polêmica e motivou atos públicos no município.

[10] A pesca de lagosta com marambaias e por meio de mergulho é proibida, conforme consta nas Instruções Normativas do IBAMA de Nº 170 de 25 de Março de 208 e Nº 138 de Dezembro de 2006, respectivamente.

Além dos prejuízos ambientais pelo uso indiscriminado desses atratores, em sua maioria produzidos a partir de tambores metálicos vindos como rejeito da indústria química, é crescente o número de conflitos entre pescadores artesanais (que respeitam o período de defeso e se utilizam dos instrumentos de pesca legais em suas pequenas embarcações) e praticantes da pesca de mergulho (ou de compressor, como comumente é chamada por usar tal equipamento). Estes últimos, além de não respeitarem o período de defeso, têm constantemente "despescado" as cangalhas[11] utilizadas pelos pescadores artesanais, sobretudo os da comunidade de Redonda.

Esse conflito gerou manifestações por parte da comunidade, como a interdição da BR 304 no dia 08 de julho de 2009, a apreensão e queima de embarcações utilizadas na pesca de mergulho (como pode ser observado na Figura 03) e a realização de uma "greve", quando todos os pescadores retiraram-se do mar, cobrando fiscalização para a pesca no litoral icapuiense como forma de garantia de sua sobrevivência[12].

Figura 03 – Embarcações apreendidas por pescadores artesanais por praticarem pesca "de compressor".
Fonte: Rerisson Costa, Nov./ 2009.

[11] Instrumento de pesca permitido para a pesca da lagosta, também chamado de Manzuá.

[12] Estes fatos foram publicados na imprensa, como, por exemplo, nas edições do Diário do Nordeste dos dias 08 de julho, 22 de junho e 07 de julho de 2009, respectivamente (PESCADORES..., 2009a, 2009b, 2009c).

Tal conflito perdura há décadas no litoral icapuiense e os pescadores artesanais organizam-se e lutam na busca de soluções que garantam a produção de pescado de forma mais igualitária e menos predatória. A Figura 04 retrata bem o desejo dos pescadores artesanais, na luta em combate à “pesca de compressor” e em busca da paz necessária para o trabalho cotidiano da vida no mar.

Figura 04 – Palavra de Ordem pintada em embarcação “apreendida” por pescadores artesanais da comunidade de Redonda.
Fonte: Rerisson Costa, Nov./ 2009.

Além disso, a devastação dos manguezais pode ser citada também como fator importante para conformação dessa situação de crise. Os manguezais são amplamente conhecidos como berçário da vida marinha e foram devastados a partir do início do século XX, pela instalação de empreendimentos salineiros. Embora palco de lindo pôr do sol, o que restou da Salina Nazaré denuncia o impacto acima mencionado, como se pode ver na Figura 05.

Figura 05 – Pôr do sol na Salina Nazaré: no mesmo espaço o brilho do sol e o fatídico "cemitério de mangue".
Fonte: Roni Silvade

A extração de sal marinho fez parte da vida econômica de Icapuí desde a década de 1930, conferindo fonte de renda à população, mesmo diante das condições desumanas de trabalho. Carregavam balaios com elevado peso e sem qualquer equipamento de proteção, recebendo salários irrisórios. A atividade rendeu ao município, após declínio na década de 1980, a devastação de mais de 50% de sua área de manguezal (SILVA, 2004).

Outra forma de extração mineral também presente no município é a extração do petróleo realizada pela Petrobrás. Essa exploração está ligada à Unidade de Exploração e Produção do Rio Grande do Norte e Ceará – UN-RNCE – que tem sede em Natal-RN e desenvolve suas atividades no campo de exploração da Fazenda Belém[13]. Tal unidade da Petrobrás atua nos dois estados e desenvolve atividades em terra e no mar. Sua produção é de 10 mil barris/dia de petróleo e 240 mil metros cúbicos de gás natural no Ceará, através de seis campos produtores, dois deles localizados entre Aracati e Icapuí (PETROBRAS..., 2008).

Na atualidade, o campo passa por um processo de expansão. Em matéria publicada pelo Jornal Diário do Nordeste em 09 de novembro de 2008 (PETROBRAS..., 2008), o gerente do Ativo Mossoró da Unidade Rio Grande do

[13] O campo da Fazenda Belém recebeu este nome porque esta era a propriedade maior. Há, no entanto, extração também nas fazendas Retiro Grande e Olho d'Água.

Norte/Ceará dá a dimensão da importância desse campo de exploração e indica essa ampliação: “Trata-se de um dos maiores campos na área terrestre e nós estamos iniciando um processo que busca a ampliação da sua produção”. Esse processo prevê a perfuração de 120 a 130 poços, por ano, na Fazenda Belém, até 2012. Esses novos poços serão somados aos 788 ativos existentes em 2008 (incluído o Fazenda Belém I, primeiro poço perfurado e ainda em operação) e aumentarão mais ainda a arrecadação de royalties por parte do município.

Para isso, a Petrobrás estima investir R$ 210.000.000,00 (Duzentos e dez milhões de reais), visando à ampliação da produção dos atuais 2,2 barris diários para 5,5 barris/dia (PETROBRAS..., 2008).

Icapuí, portanto, concentra parte considerável da produção de petróleo em terra do estado do Ceará e ainda apresenta fortes possibilidades de incremento nessa produção. Vale lembrar que a atividade de exploração em seu território tem gerado também impactos ambientais durante testes de prospecção e abertura de trilhas na mata de tabuleiro para a manutenção de poços, merecendo maior atenção dos órgãos e entidades ligadas à defesa do meio ambiente.

Somadas a essas atividades, algumas outras fazem parte da economia do município, como, por exemplo, o extrativismo vegetal (caju, coco, algas), a agricultura de sequeiro e o setor de serviços.

Essas dinâmicas econômicas tiveram ao logo dos anos íntima ligação com a estruturação de equipamentos urbanos e “próteses espaciais” no município. O crescimento populacional e a atração advinda do “fascínio lagosteiro” fizeram com que fosse necessário o investimento em serviços públicos, mas também a instalação de equipamentos que servem à dinamização da economia e à aceleração da fluidez no espaço.

Bancos e correspondentes bancários, Rede de Internet de Alta Velocidade, construção de novas vias de tráfego (destacam-se os “corredores” que ligam as praias aos principais núcleos populacionais do município e servem ao escoamento da produção pesqueira), além do surgimento de serviços variados (escritórios de contabilidade, consultórios médicos e odontológicos particulares, faculdades privadas etc.), figuram entre as inovações e mudanças vividas em Icapuí em função da inserção dessas dinâmicas produtivas.

Nos últimos anos, a carcinicultura tem conferido ameaça aos manguezais do município, inserida com base no discurso de “empreendimentos salvadores do lugar” (SANTOS, 2002). Apesar disso, a população tem resistido, mas as estruturas de poder permitiram e incentivaram a inserção desta atividade.

Pinheiro (2003) lembra que o uso dos manguezais é, sem dúvida, uma das maiores preocupações relacionadas a esta atividade. Isso porque, como destaca Costa (2004), áreas de Apicuns e Salgados integrantes do ecossistema manguezal fornecem as bases ambientais (sedimentológicas, pedológicas, geomorfológicas e ecológicas) e socioeconômicas para a conservação dos estoques pesqueiros do litoral, principalmente, para a continuidade das atividades tradicionais intimamente relacionadas com a biodiversidade local.

Como parte dessas dinâmicas, marcadas pela inserção do global no local, o turismo também vem fazendo parte do cenário econômico de Icapuí, representado principalmente pela modalidade do turismo de “sol e mar”. A população que sofre com a crise da pesca vê o turismo surgindo como “fonte alternativa” de renda. O Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapuí – PDLSI – aponta nesse sentido (PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, 2001b). Muito embora se saiba o potencial presente no município para o desenvolvimento dessa atividade, colocações como as de Silva (2005, p.44) são válidas:

> Se por um lado essa atividade se apresenta como promissora, por outro há um risco eminente desse turismo seguir rumos que representam grandes ameaças à persistência das comunidades pesqueiras marítimas a exemplo do que ocorre em municípios vizinhos onde o desenvolvimento do turismo está associado aos empreendimentos e fluxos turísticos de massa.

Por esses fatores, embora compreenda atividade com forte potencial de renda, algumas comunidades do município resistem ou buscam alternativas à inserção do turismo, embora de formas diferenciadas, como em Ponta Grossa e Redonda. Outras se abrem e se reordenam explicitamente em função da atividade, como é o caso de Tremembé.

O turismo está inserido numa lógica de valorização dos espaços litorâneos e tem reorganizado esses espaços em função da atividade

desempenhada. O espaço passa, então, a partir da presença do turismo, a destacar-se mais ainda como mercadoria, colocada à disposição para o consumo direto.[14]

Essa lógica tem se materializado em Icapuí. A ocupação de Terras de Marinha, pertencentes à União, tem se dado de forma intensa nos últimos dez anos. Conflitos por terras em comunidades pesqueiras e a compra de áreas próximas ou mesmo nas praias para loteamento tem elevado o preço dos terrenos, favorecido à especulação imobiliária e, cada vez mais, forçado parte dos habitantes das comunidades pesqueiras a se retirar de seu espaço.

A abertura de vias de acesso às praias e a construção de estrada margeando a porção oeste do litoral municipal são reflexos dessa dinâmica que se materializa socioespacialmente no município. Verdadeiras "cirurgias nos territórios" são realizadas ao sabor das necessidades da atividade que requer fluidez, tanto de pessoas como também de informação e capital.

Lima (1998, p. 277), ao tratar da "criação" de territórios turísticos, nos lembra que para isso se

> [...] requer valorizar o substrato preexistente e/ou instalar os objetos exigidos pelo projeto. Além de estabelecer todo um conjunto de objetos técnicos, decisões essas muitas vezes decorrentes de um cuidadoso planejamento, instituem-se as normas para definir e orientar as ações. O Ceará se inclui no rol dos exemplos que o mundo conhece muito bem.

Essa instalação de novos objetos e re-significação de objetos preexistentes para a organização do espaço em função da atividade turística produz materialmente os territórios do turismo. Silveira (2002, p. 37) lembra que "[...] essa produção material dos lugares é causa e consequência da produção imaterial do turismo". A inserção de objetos técnicos, vias para a aceleração da fluidez necessária para a implantação dos serviços turísticos, servem de base para o processo de domínio dos espaços por essa atividade, que se apropria de culturas, modos de vida.

Com efeito, essa "produção imaterial" do turismo também tem como consequência a intensificação da produção material, que se refina conforme os

[14] Cruz (2003, p. 5) afirma que o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço. Entendemos aqui que esta é uma característica importante a não ser desconsiderada em estudos geográficos acerca da atividade turística.

espaços se especializam. Silveira (2002, p. 37) continua dizendo que, “assim, o lugar turístico torna-se um produto da ciência e da tecnologia, com um conteúdo informacional e ideológico, que é capitalisticamente comercializado”.

Uma análise sobre a inserção da atividade do turismo no município de Icapuí, no entanto, será realizada no capitulo seguinte. De antemão, vale apenas lembrar que essa inserção de outras dinâmicas tem reordenado espaços no município, suplantando deferentes ritmos de fluidez, modos de vida, formas de organização social, usos do espaço. Em outros termos, alterando a produção do espaço nessas comunidades.

Isto posto, entende-se ser premente para a consecução dos objetivos propostos a realização de um esforço no sentido de pensar o papel do turismo na produção do espaço. Para tanto, acredita-se ser necessário o entendimento do percurso histórico de inserção/desenvolvimento do turismo no município, possibilitando a compreensão do papel e do lugar destas comunidades nesse processo maior, compreendendo as dialéticas relações inerentes a ele.

Além disso, há de se tomar em consideração a atuação do terceiro setor, sobretudo das Organizações Não Governamentais, pois, ao verter-se em questões correspondentes às novas dinâmicas do espaço icapuiense, passam a exercer papel importante na complexa teia de relações de poder, notadamente aquela que legitima a adesão do turismo comunitário como alternativa a esses povos.

3 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DO ESPAÇO EM ICAPUÍ-CE.

Trabalhar com a ideia de produção do espaço é, antes de tudo, demarcar uma postura política e intelectual. É, portanto, explicitar determinada opção metodológica. Neste sentido, nega-se o espaço enquanto mero palco dos atos humanos, dado estático, receptáculo. Ao contrário disso, tem-se aqui como pressuposto o entendimento do espaço como processo, produto e produtor de relações sociais.

À medida que na Geografia é alterada a concepção de espaço geográfico influenciada pelo pensamento Kantiano/Newtoniano, desenvolvendo-se uma concepção em que dito espaço é mais que um meio, um teatro, palco das ações da sociedade, o mesmo passa a ser pensado cada vez menos como um passivo onde a ação se processa.

No prefácio da edição brasileira de espaço e política[15] (LEFEBVRE, 2008), Margarida Andrade e Sérgio Martins apresentam que o espaço, a partir das concepções de Lefebvre, “nada tem de inocente e inofensivo” (LEFEBVRE, 2008, p. 08). Esse espaço não é visto como um passivo, mas como lugar da reprodução das relações de produção.

São essas relações (sociais) de produção que dão sentido ao espaço; elas o *produzem* ao mesmo passo em que também são *produzidas* por ele. Este espaço não é mais o espaço euclidiano, matemático, dado *a priori* dos Kantianos, mas sim o espaço social, produto e produtor de relações sociais.

Em outras palavras, Gottdiener (1997, p. 133) explica o exposto ao afirmar que o espaço “recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las; além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo”.

Este autor diz ainda que:

[15] A edição em português desta obra, publicada originalmente como “*Le droit à La ville: suivi de Espace et politique”* fora traduzida e prefaciada pela professora Maria de Andrade e pelo professor Sérgio Martins, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesta instituição, estes professores e outros pesquisadores do Núcleo de Geografia Urbana têm desenvolvido estudos a respeito da obra de Henri Lefebvre no âmbito do Grupo as (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea.

> [...] o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reprodutor de objetos materiais e relações sociais (GOTTDIENER, 1997, p. 133).

Essa dinâmica então confere ao espaço um papel específico, como constata Carlos (1996, p. 123): “o espaço revela sua especificidade quando cessa de ser confundido com o espaço mental e identificado com o físico, ganhando a dimensão de produto social”.

É desse entendimento que parte Lefebvre para analisar a problemática do espaço, refletindo sobre a produção do espaço a partir da reprodução das relações (sociais) de produção.

Lefebvre propôs a elaboração de uma teoria do espaço que visa alcançar um conhecimento **do espaço**, não somente das coisas **no espaço**. Como ele mesmo coloca (2008, p. 80): “‘produção do espaço’ e não deste ou daquele objeto, desta ou daquela coisa no espaço”.

O interesse é deslocado então das coisas no espaço para a própria produção do espaço, vinculando-a a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2008; CARLOS, 1996).

Evidentemente, o espaço não se coloca como um produto comum. Esse espaço, agora entendido como algo produzido, não se configura como “objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). O produto-espaço é um processo contínuo movido por relações sociais. “Não é passivo nem vazio, não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias” (OSEKI, 1996, p. 111). Destaca Oseki (1996, p. 111) que:

> Como produto [...] o espaço intervém na produção social (organização do trabalho, dos fluxos e estoques de matérias-primas e energias, das redes de distribuição dos produtos). O espaço, entretanto, também é *produtor*. [...] O produto torna-se produtivo, passando pela extrema abstração.

Essa produção do espaço, portanto, dá-se cotidianamente, nas ações dos sujeitos sociais, dos mais hegemônicos aos hegemonizados. Este entendimento tem

nos trabalhos de Lefebvre (2000[16], 1991a, 2008) e de autores como Gottdiener (1997), Smith (1988) Carlos (1994, 2007a, 2007b), Limonad (2003), Seabra (1996) e Martins (1996) um importante referencial.

Lefebvre destaca-se enquanto pensador marxista que se dedicou ao estudo da problemática do espaço. Sua vasta obra e sua releitura de categorias de análise marxistas fazem de sua trajetória verdadeira "aventura intelectual" (MARTINS, 1996, p. 09).

Reler criticamente Marx, além de lhe render conflitos no contexto do Partido Comunista Francês, o fez um inimigo dos vulgarizadores do marxismo. Martins (1996, p. 13) indica que Lefebvre dedicou-se a um "retorno a Marx, o retorno à dialética". Não apenas uma leitura, mas uma releitura, "um retorno crítico [...] a um Marx datado, situado no tempo e na historia".

Oseki (1996, p. 109) destaca que talvez tenha sido Lefebvre "o único dos grandes pensadores que anteviu a possibilidade de emancipação do homem através do espaço", tendo sido ele quem melhor analisou e criticou "a miséria cotidiana do homem que se submete ao espaço moderno".

Para Soja (1993), a principal contribuição de Lefebvre vem de sua postura contrária ao reducionismo, sobretudo aquele de cunho geográfico, tão presente nos trabalhos baseados no marxismo tradicional. Lefebvre busca, segundo Soja, (1993, p. 63) "dialeticamente, combinar as contradições relacionais do pensar e do ser, da consciência e da vida material, da superestrutura e da base econômica, da objetividade e da subjetividade". É nesse caminho que, para Soja (1993, p. 62), Lefebvre torna-se "o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica".

Aqui, quando se fala em produção do espaço, tem-se em mente uma produção que não é restrita à fabricação das coisas, como habitualmente é pensada. Requer pensar a produção numa acepção mais ampliada. Diz Lefebvre (2008, p. 22) que "[...] é preciso tomar como referência a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo da produção das coisas e seu consumo".

[16] Para auxiliar na leitura do presente texto, utilizou-se também a versão em inglês (LEFEBVRE, 1991b), além da tradução da primeira parte do livro elaborada pelo Grupo as (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, da UFMG.

A esse respeito, Carlos (2007b, p. 21) apresenta que “[...] a noção de produção supera – sem ignorar – o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar”. Enquanto a sociedade se reproduz, produz o espaço. Nas palavras de Lefebvre: “[...] toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 55).

Assim, cada sociedade, dependendo do modo de produção, engendrará seu espaço à sua maneira. Isso leva Oseki (1996, p. 113) a afirmar que “um modo de produção só se afirma quando engendra um espaço e um tempo social”. Nestes termos, o capital, porque “impõe uma organização e um modo de produzir a toda a sociedade” (OSEKI, 1996, p. 110), produz seu espaço e seu tempo porque germina, assim, relações sociais.

A partir do pensamento de Soja (1993, p. 65), pode-se inferir que o que diferencia a espacialidade sob o modo de produção capitalista, com relação aos outros modos já decorridos, é a "sua produção e reprodução peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização".

Entendido dessa maneira, o espaço “envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social” (SOUZA, 2009, p. 3). No seio de uma realidade regida pelo modo de produção capitalista, com suas inerentes contradições, o espaço passa então a contê-las e a ser produzido em seu bojo. “O capitalismo se apropria do espaço existente e tende a criar seu próprio espaço”, diz Oseki (1996, p. 114).

Tendo por base o exposto, a organização da sociedade, regida a partir de ações do Estado ou do trabalho da “mão invisível” do mercado, estaria sujeita aos interesses do capital e seus ditames técnicos de reprodução. Dessa maneira, os interesses da acumulação capitalista produzem um espaço, agora fatiado e posto à venda, onde o uso é constantemente açambarcado pela troca.

Destarte, o espaço é produzido a partir das distintas formas de organização da produção, reestruturando-se assim como o capital. A produção, que a partir da década de 1970 é reorganizada, momento em que os padrões fordistas são redefinidos (LIMA, 2006), passa então a ser regida por outras lógicas, por outra

racionalidade[17] que intensifica a absorção de inovações técnicas e organizacionais. Inicia-se “um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza”, marcado pela flexibilização dos “processos de trabalho e mercados”, pela alteração nos padrões de mobilidade geográfica, além de “rápidas mudanças práticas de consumo” (HARVEY, 2001, p. 119).

Essa incorporação da técnica ao espaço, essa inserção da artificialidade a serviço da racionalidade moderna pode ser representada de várias formas, seja pela instalação de novos meios de transporte, seja pela instalação de equipamentos que propiciem a aceleração dos fluxos necessários ou a instalação de empreendimentos de grandes empresas.

Mas o espaço não é produto econômico apenas, como mesmo chama atenção Lefebvre. Esses agentes hegemônicos da ordenação da produção promovem alterações nas dinâmicas da sociedade com um todo, imprimindo o “consumo dirigido”. Tais dinâmicas, portanto, não são apenas materiais.

A partir disso, Lefebvre apresenta o espaço em três dimensões: o percebido, o concebido e o vivido. O espaço percebido (*L’espace perçu*) é o espaço empírico, material, que remete à experiência direta, prático-sensível. O espaço concebido (*L’espace conçu*) refere-se às representações do espaço, ao espaço planejado (da tecnocracia, dos urbanistas, por exemplo). É o espaço preparado e que no seio do modo de produção capitalista serve, na maioria das vezes, à acumulação.

Para Souza (2009, p. 03) o espaço concebido é “uma representação abstrata traduzida no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real”. Esta representação do espaço é fruto de um saber técnico – mas que nem por isso é menos ideológico – e que privilegia “a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral”. Como expõe o próprio Lefebvre (2008, p. 45), “[...] a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada”.

[17] Essa nova racionalidade que guia a reestruturação produtiva baseia-se, cada vez mais, na ciência e na técnica (e mais hodiernamente, na informação).

Por sua vez, o espaço vivido (*L'espace evécu*) é o espaço da prática cotidiana, espaço das diferenças e das possibilidades. Souza (2009, p. 03) coloca que enquanto experiência cotidiana, o espaço vivido vincula-se "ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional". No cotidiano é travado um constante embate entre o concebido e o vivido, entre as representações do espaço e os espaços de representação. Nesse embate, é que "estão os enigmas pelos quais se discute a sociedade e o social, para compreender o uso", afirma SEABRA (1996, p. 72).

É importante salientar que estas três dimensões não são dados isolados, mundos separados. Maia (2008, p. 1232) destaca que a força da análise a partir das contribuições teóricas de Lefebvre vem justamente do fato deste autor "negar o privilégio particular de uma das partes sobre a outra".

Assim, a produção do espaço não se dá apenas no econômico, no material, como acúmulo de objetos. Ela se processa na relação indissociável entre as três dimensões apresentadas por Lefebvre, ao passo que as relações de produção concebem, a partir do modo de produção, representações do espaço, que no cotidiano, conflituoso e dialético, engendram os espaços de representação.

É assim que, em favor dos novos moldes da competitividade mundial, o espaço reestrutura-se, servindo a interesses que escapam à escala local, desconsiderando tradições, costumes, culturas, lugares, mesmo que esses modelos gerem conflitos e desgastes à estrutura social, principalmente quando se trata de comunidades ditas tradicionais (COSTA e BEZERRA, 2007).

Novas atividades são destinadas a espaços previamente selecionados, dotados de verdadeiras "cirurgias", adequações às dinâmicas de produção e reprodução do modelo de acumulação capitalista. Planeja-se um espaço cada vez mais capaz de ampliar a acumulação, quando se corta comunidades com estradas de escoamento da produção, quando são instalados portos que funcionam como alças de ligação entre o "aqui" e o resto do mundo. Em outras palavras, ditam-se outras lógicas de produção do espaço.

No Brasil, são várias as situações que expressam esse movimento de adequação do território às dinâmicas impostas pela “tragédia do desenvolvimento” de que fala Berman (1986).

Na Amazônia brasileira, por exemplo, são muitos os casos em que as ações “modernizadoras” têm infligido às populações de índios, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, quebradeiras de coco, entre outros, modificações profundas em suas relações com o território e, portanto, com suas identidades (CRUZ, 2007). A construção de barragens tem promovido semelhantes processos, alterando os usos do território e impactando diretamente sobre a vida de grupos sociais que têm se organizado para lutar contra tamanha violência.

Berman (1986) coloca que a modernização caracteriza-se por um conjunto de processos sociais que dá corpo à vida moderna, esse eterno vir-a-ser, ciclo constante de busca pelo novo, processo bem representado pelo ideário desenvolvimentista. Estes processos sociais são associados, conforme aponta Soja (1993, pp. 36-37), à “capacidade do capitalismo de se desenvolver e sobreviver, de reproduzir com êxito suas relações sociais fundamentais de produção”. Nos termos de Soja (1993, p. 37), a modernização seria, portanto, “um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas”.

Esse mesmo processo instala-se no Nordeste brasileiro a partir dos incentivos estatais à instalação de criatórios de camarão por todo o litoral. A carcinicultura tem se apropriado dos manguezais sem que sejam lembrados os prejuízos às comunidades pesqueiras. No mesmo caminho, os empreendimentos do turismo penetram lugares carregados de um bucolismo agora tratado como mercadoria, intensificando a valorização do espaço, a especulação imobiliária e o choque violento de culturas.

No Ceará, esse processo desenvolve-se de forma bastante intensa. Na preparação para a penetração do capital global e seus interesses, o Estado brasileiro assume papel importante, reservando considerável parcela do orçamento para ser aplicada juntamente com outras parcelas concedidas por órgãos de fomento multinacionais, como o Banco Mundial e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento –, em empreendimentos no território cearense (LIMA, 2000). Assim, vão sendo preparados os espaços para a inserção de realidades distintas

das tradicionais, propícias às formas de acumulação características do atual momento histórico.

Os espaços litorâneos vivem isso muito marcadamente a partir do desenvolvimento da atividade turística que “adéqua” estes espaços aos seus interesses. Acompanhando o turismo, outras atividades e empreendimentos completam tal processo nas zonas litorâneas, tais como a implantação de polos industriais e empreendimentos de aquicultura, além da construção de portos de grande porte, como constata Batista (2005), em seu trabalho de análise do Projeto do Porto do Pecém, no estado do Ceará.

Tal processo imprime outros usos ao espaço. Estes, no entanto, são usos que dão base à troca. Seabra (1996, p. 71) lembra que o uso “é fundante do pensamento de Henri Lefebvre”. Segundo ela, este autor “busca encontrar as resistências, ou o que denomina resíduos irredutíveis ao domínio da lógica, da razão”. Essa dialética entre valor de uso e valor de troca “produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação” (GOTTDIENER, 1997, p. 131).

Neste cerne, há constante transformação do espaço em mercadoria que, como aponta Carlos (1999, p. 186),

> [...] impõe ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim, o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço.

O turismo figura como prática intimamente ligada a este processo de consumo do espaço. À medida que esta atividade e as demais atividades ligadas ao lazer consomem paisagens e lugares, estas têm o próprio espaço como elemento de consumo direto. Lefebvre (1977, p. 247) destaca que os espaços de lazer “constituem objeto de especulações gigantescas, mal controladas e frequentemente auxiliadas pelo Estado (construtor de estradas e comunicações, aval direto ou indireto das operações financeiras, etc.)”.

Em Icapuí, o turismo se insere e tem promovido a adequação dos espaços à atividade, destinando-os a distintos usos e suplantado outras lógicas de

produção do espaço, processo identificado de forma mais intensa em comunidades pesqueiras[18].

3.1 A atividade turística e a produção do espaço

A relação entre turismo e produção do espaço tem se manifestado cada vez mais intensamente, visto que esta atividade vem ganhando maior força nos últimos anos. Além dos incentivos dados a partir das políticas públicas voltadas ao setor, a aplicação do capital de grandes grupos de empresários, com forte presença de grupos internacionais, vem mantendo crescente a participação do turismo na economia capitalista.

Andrade (2004, p. 12) expõe que qualquer análise a respeito do turismo deve ter como pressuposto que “o homem, o espaço e o tempo constituem os três pré-requisitos para qualquer reflexão equilibrada a respeito do fenômeno”. Partindo dessa “base” para a reflexão acerca do fenômeno turístico, pensar a produção do espaço nos moldes apresentados até aqui, refletindo-se acerca da inserção e do desenvolvimento da atividade turística nos mais variados espaços, coloca-se como procedimento cabível e promissor de reflexões importantes para a compreensão de processos que têm se manifestado nos lugares. Outras compreensões de espaço e tempo e as novas formas de relações entre “os homens” são verdadeiros alicerces de lógicas diferentes de produção do espaço.

O crescimento da atividade do turismo no mundo inteiro tem despertado interesses vários acerca das apreciações sobre esta atividade. Têm sido elaboradas análises a respeito do fenômeno de expansão constante e inserção da atividade em vários espaços pelo mundo, muitas das quais discutem uma conceituação para o turismo.

Segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser

[18] Essas comunidades foram anteriormente discutidas a partir de Diegues (1996). Para uma caracterização mais específica sobre comunidades de pescadores, ver Diegues, 1995.

motivado pelas mais diversas razões, como: lazer, negócio, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

A partir da definição acima se estabelece a segmentação do turismo (religioso, de eventos, de aventura, exótico, de negócios, de saúde etc.). Ressalta-se aqui que a definição da OMT sugere que viagem e turismo são a mesma coisa. O problema vislumbrado é que os números contabilizados incluem todas as pessoas que realizam um deslocamento nesses moldes, usando a infraestrutura[19] disponível no local, contudo, sem utilizar algum ou nenhum dos equipamentos turísticos.

Assim, as estatísticas quanto ao número de viagens tidas como turísticas e o número de turistas pode ser superestimado, principalmente por ser a definição da OMT a mais usada pelos órgãos de planejamento e gestão da atividade. Contudo, é benéfico rever outros conceitos encontrados nas bibliografias que tratam sobre o turismo.

Andrade (2004, p. 38) conceitua o turismo como um complexo de atividades e serviços, tudo relacionado “aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”.

Cruz (2003, p. 5) entende que o turismo é “[...] antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Castilho (1999) destaca que a atividade do turismo não é apenas prática social, mas também socioespacial, redefinindo-se segundo os interesses dominantes na sociedade.

Partindo disso, concorda-se com Coriolano (1998, p. 22), compreendendo-se aqui que o turismo “é, antes de tudo, uma experiência geográfica”. Esta atividade coloca-se dessa maneira ao “representar uma relação direta entre o homem e os espaços”.

Os diferentes conceitos apresentados envolvem consumo e transporte, mobilidade pelo território em busca de espaços a consumir. Ressalte-se novamente que o turismo, como aponta Cruz (2003, p. 5), é a única prática social que consome

[19] De acordo com Coriolano (2007, p. 22), “[...] *infraestrutura* é o que existe na cidade para atender especialmente o residente, mas serve ao turista, como hospitais, correios, bancos, que prestam apoio ao turismo”. Os *equipamentos turísticos* são construídos diretamente para o turista: a rede de hotéis, os restaurantes, as agências de viagens, por exemplo, embora o residente também possa utilizá-lo.

elementarmente espaço. A autora trata ainda do que se pode chamar de lugar turístico, atrativo turístico e paisagem turística.

> Lugar turístico é uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos. O lugar turístico já apropriado pelo turismo corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo, relativamente a outras atividades (CRUZ, 2003, p.7).

Os lugares turísticos são construções culturais (KNAFOU *apud* CRUZ, 2003), da mesma forma que os atrativos turísticos e as paisagens turísticas. O que é considerado atrativo hoje pelo turismo, não era no passado e talvez não seja no futuro (CRUZ, 2003, p. 8-9).

> [...] as paisagens turísticas não existem a priori, como um dado da natureza. Elas são uma invenção cultural. Algumas paisagens são mais valorizadas pelo turismo hoje que outras. As paisagens consideradas mais atrativas pelo turismo na atualidade são criações culturais que têm muito a ver com o papel da mídia na homogeneização de gostos e na disseminação de padrões de consumo homogeneizados (CRUZ, 2003, p.10).

E a cultura mostra-se aqui como tendo papel substancial para a "invenção" de lugares e paisagens turísticas. Harvey (2001, p. 148) destaca que a flexibilização da acumulação foi desenvolvida "na ponta do consumo", e por isso passou-se a dar "uma atenção muito maior às modas fugazes", mobilizando "todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica".

Associado a isso está a "mercadificação de formas culturais", a supervalorização dos espetáculos e eventos. Harvey (2005, p. 221) enfatiza que "a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria." Para ele, "algo muito especial envolve os produtos culturais", e por isso é necessário colocá-los "à parte das mercadorias normais, como camisas e sapatos".

Nestes termos, as inferências de George Yúdice em seu livro *A Conveniência da Cultura* (2004) são deveras importantes de serem lembradas aqui.

Yúdice (2004) demonstra que o papel da cultura foi expandido para as esferas política e econômica, ao passo que as noções convencionais de cultura

esvaziaram-se. Isto devido ao fato de a cultura estar sendo cada vez mais dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ganhando legitimidade, deslocando ou absorvendo outros conceitos a ela conferidos.

Essa apropriação da cultura enquanto recurso, enquanto “nova ferramenta” de desenvolvimento social, político e econômico gerou aquilo que Yúdice chama de “economia cultural”. Para ele, a economia foi culturalizada, não sendo esse processo algo natural, mas sim, cuidadosamente construído e coordenado por acordos comerciais e de propriedade intelectual. Nesse processo, a culturalização da “nova economia”, baseada no trabalho cultural e mental (na expropriação do valor da cultura e do trabalho intelectual), tornou-se auxiliada pelas novas tecnologias da informação, a base de uma nova divisão de trabalho.

O turismo não se encontra alheio a esses mecanismos. Auxiliado pelo *marketing* e pelo planejamento estratégico, apropria-se ou evidencia culturas para a sua realização, internalizando inclusive resistências, tidas antes como externalidades negativas.

Nessa complexidade, característica do atual momento histórico, o turismo realiza-se como prática social, como parte da reprodução ampliada do capital, como elemento de produção e consumo do espaço.

Devido a isso, a análise do turismo pela Geografia não poderia deixar de ser menos complexa. Da mesma forma como a própria ciência geográfica, que serve à guerra, aos Estados-maiores, ao capital e ao cidadão, a abordagem geográfica do turismo tem seguido esses papéis. Abordagens simplistas, descritivas de um potencial turístico de comunidade *X* ou *Y*, como que na elaboração de um guia de exploração do espaço pelo capital, dividem espaço com análises sobre alternativas ao modelo de turismo de massa, à exploração e aos impactos gerados aos recursos naturais das áreas onde se instala a atividade, ambas com sua importância e intencionalidade.

O turismo tem representado de forma substancial o movimento em busca do novo característico da modernidade, na constante procura por novos lugares e culturas a consumir. Destaca-se na economia capitalista e o crescente desenvolvimento da atividade tem proporcionado resultados econômicos atrativos, somados, é claro, a processos desenvolvidos a partir de sua inserção nos espaços

em que se realiza, como alterações em dinâmicas socioculturais, na produção do espaço e nos significados de lugares e paisagens.

Tida como “vilã” por muitos e como “salvadora dos lugares” por outros tantos – ambas as concepções superficiais e estabelecidas aprioristicamente, sem análises mais acuradas e assentadas na dialética necessária à complexidade que a atividade contém – o turismo tem exercido atração como objeto de estudo por parte de diferentes ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a Economia e a Geografia. Neste último caso, em particular, esta “atração” dá-se pelo fato desta atividade, acima de tudo, ser “consumidora do espaço”, como já apontado anteriormente.

Em seu desenvolvimento, o turismo tem agido intensamente na produção do espaço, mobilizando diversos agentes produtores, como o Estado e as empresas, por exemplo. Por ter importantes resultados econômicos, tem movido ações grandiosas no sentido de dotação de condições favoráveis à sua prática, apropriando-se de esforços dos poderes públicos para isso.

O turismo, de acordo com Rodrigues (2001, p. 30), configura-se como a:

> [...] nova investida do capitalismo hegemônico que deixara extensas áreas de reserva de valor, que agora são chamadas para desempenhar o seu papel, contando com volumosos recursos públicos e privados e apoiado por agressivas campanhas de marketing e de publicidade [...]. Cria-se a fábrica, cria-se a metrópole, cria-se o estresse urbano, cria-se a necessidade do retorno à natureza. Onde não há natureza, ela é fabricada.

O espaço, produzido a partir da racionalidade moderna, guiando a ocupação, a distribuição de infraestruturas (rodovias, energia elétrica, cidades) e produção (serviços, produtos industrializados, produtos agropecuários, extração), maximizando resultados e minimizando esforços, passa a ser formado por áreas especializadas. Garcia (2007, p. 117) coloca que é “[...] a fim de direcionar esforços, qualificar e quantificar os resultados na produção que os locais se tornam mais especializados e sua organização se dá direcionada”.

A autora lembra ainda que:

> A produção do espaço pelo turismo consiste na capacidade de reproduzir as relações sociais, ou seja, estabelecê-la de acordo com sua lógica de desenvolvimento, por meio da organização do trabalho, aproximar indivíduos dos locais mais inóspitos, etnias diversas dialogando,

> condicionando o arranjo territorial pelas novas empresas que irão surgir, pela concentração de equipamentos específicos junto aos atrativos turísticos, por alterar as condições do ambiente natural. (GARCIA, 2007, p. 120).

Essa produção do espaço a partir do turismo se dá na velocidade das mudanças da dinâmica atual do capital. Moesch (2000, p. 9) afirma que "[...] o turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo". Nesse mesmo sistema capitalista, o espaço é organizado de acordo com a funcionalidade de mercado, com a localização ou disponibilidade dos meios de produção.

Conforme Garcia, na obra já citada (p. 123), a atividade turística "[...] se aperfeiçoou e está investida das estratégias de mercado para auferir lucros maiores, para atender a exigente demanda, num mercado segmentado e estratificado". Na sociedade do lucro, da corrida incessante pelo progresso, a economia é uma das principais direcionadoras das ações dos homens, logo, pesa na produção do espaço. O turismo, como importante segmento da economia, ao introduzir lugares nos moldes da competitividade mundial engendra outras lógicas de produção do espaço, alterando-o em todas suas dimensões (o concebido, o percebido e o vivido).

Tratando-se dos espaços litorâneos, como no caso das comunidades estudadas aqui de modo mais específico, esse processo tem se dado numa velocidade e intensidade crescente e frenética. A apropriação de parcelas desse espaço para a dotação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade turística tem suplantado diferenciadas ordens lógicas de uso, incidindo diretamente sobre as práticas anteriormente estabelecidas.

Em comunidades pesqueiras, a inserção do turismo tem se dado com intensidade aviltante, em face de sua posição privilegiada no que tange às condições para o desenvolvimento da atividade, destacando-se enquanto espaços litorâneos que possuem manifestações culturais tratadas e dinâmicas sociais que produzem particularidades agora apropriadas pelo capital, mercantilizada pela culturalização da economia.

Esse processo de consumo de culturas ocorre mediante a apropriação e o consumo do espaço. O turismo requer a concepção de um espaço para consumo e altera dinâmicas tradicionalmente estabelecidas em comunidades de pescadores, re-

significando o território destas comunidades e incitando resistências e buscas por alternativas frente às “violências” – simbólicas ou não – sofridas por estes povos.

A cultura apropriada pelo capital não é transformada em mercadoria qualquer, mas sim como ferramenta indispensável às tentativas de desenvolvimento. O capital, nesse ínterim, apropria-se de culturas, valoriza e desvaloriza comportamentos, padroniza ou segrega tradições denominadas pelo capital como arcaicas e negativas.

O espaço também é apropriado pelo capital, transformado em mercadoria. Também não se trata aqui de mercadoria qualquer, mas sim de uma de grande valor. A compreensão de que é no espaço que o capital se reproduz, a partir das dinâmicas produtivas, o coloca no foco das análises deste início de século. O turismo enquanto atividade de destaque neste momento da história enquadra-se nesse contexto.

Castilho (2006, p. 67) destaca que

> Não podemos deixar de admitir que o turismo tem-se tornado um fenômeno cada vez mais importante na vida das pessoas; e isto independentemente das suas condições econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas. Por esta razão, o turismo é usado como instrumento de vida e poder não somente pelos indivíduos e grupos sociais, mas também pelo Estado e outras instituições com intenções e propósitos ligados à manutenção da lógica da acumulação de capital, comandada hoje por princípios neoliberais.

É nesse cenário que o turismo figura com destaque na produção do espaço. O espaço é então concebido pelos planejadores para o funcionamento pleno da atividade, requerendo obras, construções e artificialização da paisagem, materializando um novo espaço percebido que, junto com as diferentes lógicas inseridas nesses espaços, culminam em alterações no vivido. Permeando estas três dimensões propostas por Lefebvre, o turismo age na produção do espaço de forma ímpar e merece atenção.

Em Icapuí esse processo já se desenvolve e o entendimento da inserção desta atividade no município faz-se premente frente aos objetivos propostos.

3.2 O Turismo encontra Icapuí. Icapuí encontra o turismo

Na medida em que a atividade turística se desenvolve no estado do Ceará, tendo como portão de entrada dos fluxos turísticos a sua capital, Fortaleza, outros municípios cearenses são “encontrados” pelo turismo, sobretudo aqueles situados no litoral. Esse “encontro” dá-se na medida em que os incorporadores e empreendedores ligados ao setor passam a explorar novos lugares, dotados de atrativos que possibilitam a expansão do mercado turístico para além da capital do estado.

Nesse processo, algumas cidades litorâneas “encontram” o turismo, vendo na atividade possibilidade de aumento de divisas e da “geração de emprego e renda” – elemento tão presente nos discursos oficiais de defesa do desenvolvimento desta atividade. São criadas comissões, secretarias, planos e projetos no intuito de inserir esta atividade na maior parte dos municípios litorâneos cearenses, tendo destaque nesse processo aqueles situados a leste da capital do estado (Litoral Leste).

No município de Icapuí, essa dinâmica instala-se cada vez mais forte desde o inicio da década de 1990. Comunidades como Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Barreiras e Tremembé vêm sendo ocupadas por empreendimentos turísticos de diferentes padrões e portes. Essa outra destinação a esses espaços implica na inserção de diferentes ordens e lógicas de usos do litoral, indo de encontro às práticas “tradicionais”, estabelecidas principalmente a partir da pesca e das demais atividades e ritos coletivos ligados a ela.

Apesar de ter como atrativo turístico a rusticidade de comunidades pesqueiras e suas belezas naturais, esses espaços passam a ser adequados à penetração da atividade turística nos moldes hegemônicos, sendo organizados cada vez mais tendo por base a racionalidade que serve ao domínio do espaço pelo capital.

Nesse sentido, meios de consumo coletivo são instalados para atenderem a um público que não o de pescadores e demais habitantes tradicionalmente ligados

a estas comunidades. Isso expulsa (fisicamente) e/ou distancia (simbolicamente) esses moradores de seu lugar.

Este processo, entretanto, não é dado como algo reificado, mas sim desenvolvido por meio de ações com um *télos* bem determinado. Por mais que pareça a um primeiro olhar que a atividade turística tem se inserido no município “ao sabor dos ventos”, a história mostra o contrário.

Icapuí apresenta um quadro natural e paisagístico singular, com belezas que servem de importante motivação aos visitantes que se dirigem ao município. O Plano de Ação Turística de Icapuí – PAT (PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, 2001a, p. 3) traz que o município tem certa “vocação turística”. Esta seria fruto de “sua variedade de paisagens naturais, cultura e história”. É evidente que não se trata de “vocação natural”, mas algo construído.

Além das características paisagísticas do município que figuram como importantes atrativos turísticos, a sua história e a cultura das comunidades também são motivações para que a atividade turística se instale. Mas essa cultura dos “povos do mar” transforma-se com as dinâmicas inseridas junto com o turismo. O próprio PAT (PMI, 2001a, p. 3) afirma que “a vida do povo ligado à pesca encanta por preservar os aspectos essenciais de sua cultura, porém dá sinais de lenta desagregação”.

Esse Plano de Ação Turística, assim como outros que foram implantados em diversos municípios cearenses, tinha como objetivo “proceder a análise e a discussão sobre as diferentes prioridades e riquezas de cada núcleo turístico”, partindo daí a construção de “uma proposta real para o seu desenvolvimento, com vistas à satisfação dos moradores, à prática consciente do turismo e à preservação do patrimônio cultural e ambiental” (PMI, 2001a, p. 3).

O plano traz importante apanhado acerca das condições de desenvolvimento do turismo no município, além de propor medidas e ações para a mitigação ou prevenção de alguns problemas decorrentes da inserção da atividade turística.

Icapuí está situada em uma macrorregião turística[20] já bem consolidada no estado, onde se encontram destinos turísticos com destaque internacional, como Canoa Quebrada. A atividade desenvolve-se inicialmente no município como reflexo do turismo desenvolvido nestes outros destinos turísticos.

Na macrorregião turística em que Icapuí está situado, a Litoral Leste/Apodi, destacam-se como principais "segmentos" ou "âncoras turísticas": o Turismo de Lazer, o Turismo Cultural e o Turismo Rural/Tecnológico. O Turismo de Lazer ocorre [...] "em vários núcleos costeiros, classificados em *praias de grande beleza cênica, de veraneio, núcleos de pescadores e portos"* (p. 7). O Turismo Cultural complementa o de lazer, destacando-se os núcleos históricos de Aquiraz e Aracati, com importantes exemplares arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX (PMI, 2001a, p. 7).

Icapuí também apresenta importantes exemplares arquitetônicos, destacando-se os do distrito de Ibicuitaba, além, é claro, do vasto número de casas alpendradas, marcas da arquitetura popular remanescente do início do século XX.

Ademais, o modelo de gestão participativa gestado e desenvolvido em Icapuí por vinte anos também conferiu importante atrativo para que o turismo se intensificasse ali. As experiências na saúde e na educação, principalmente, foram motivos da vinda de diversos intelectuais e líderes políticos do Brasil e do exterior, que viam os resultados do modelo desenvolvido nesse município. As belezas naturais e demais atrativos já mencionados configuraram-se também como motivos para novas vindas. Muitos desses intelectuais viriam mais tarde residir ou apenas possuir segunda residência em alguma comunidade do município. Esse processo levou para fora da macrorregião a imagem e o discurso de "paraíso tropical" criado pelos visitantes e reforçado pelos governantes locais, como forma de abrir as portas ao turismo.

O PAT (PMI, 2001a, p. 40) aponta:

> Icapuí tem como principal atrativo turístico a natureza. A demanda para o município é principalmente de visitantes em busca da calma primitiva das

[20] O Governo do Estado do Ceará desenvolveu uma regionalização do Estado baseado na atividade turística. Nessa regionalização o Ceará está dividido em seis macrorregiões turísticas, a saber: Região Metropolitana, Litoral Oeste Ibiapaba, Litoral Leste Apodi, Serras Úmidas Baturité, Sertão e Araripe Cariri

> praias, algumas com paisagem intocada, como Retiro Grande e Ponta Grossa, outras com uma estrutura de equipamentos relativamente consolidada – Redonda, Barreiras. Mas também é comum um segundo motivo: o interesse pelos aspectos socioculturais locais, principalmente em virtude das políticas específicas para essa área, reconhecidas dentro e fora do município.

As cidades de Mossoró no estado do Rio Grande do Norte, Fortaleza e Aracati, no Ceará, tornam-se os "centros polarizadores de maior importância para Icapuí" e são também as principais cidades de origem dos fluxos turísticos que se destinam ao município (PMI, 2001a, p. 8).

Apesar de Tibau (RN) e Canoa Quebrada (CE) serem os dois principais núcleos turísticos próximos a Icapuí, a população da maior parte das comunidades deste município apresenta rejeição à maneira como a atividade é explorada em ambas as praias. Em Canoa Quebrada o desenvolvimento do turismo trouxe fortes alterações nas dinâmicas sociais e o antigo espaço da comunidade de pescadores se converteu em um espaço dos especuladores imobiliários e dos empreendimentos turísticos.[21] Tibau vive um processo parecido, acentuado no que se refere à especulação imobiliária.

Apesar disso, a atividade vem desde o início da década de 1990 crescendo e desenvolvendo-se principalmente nas comunidades pesqueiras de Icapuí. Tratando-se de lugares onde as dinâmicas sociais estabelecidas a partir do vivido se colocam como traços identitários marcantes, essa inserção e as outras lógicas trazidas por ela não se dão de maneira tão simples e mecânica, mas carregam relações dialéticas que necessitam ser compreendidas para o entendimento do processo a que este trabalho se dedica.

3.3 As comunidades pesqueiras marítimas e a inserção do turismo: r-existências, conflitos e alternativas.

O turismo tem sido inserido em boa parte das praias do município de Icapuí, algumas concentrando meios de hospedagem. Essa expansão tem chamado a atenção de empreendedores do ramo hoteleiro e intensificado a compra de terras

[21] O caso de Canoa Quebrada foi estudado vastamente, tendo contribuições significativas como as de Lima e Silva (2004) e Esmeraldo (2002).

e a construção desses empreendimentos no litoral icapuiense desde o início da década de 1990.

Essa dinâmica dá nova tônica à vida nas comunidades pesqueiras icapuienses. As pressões por terras à beira-mar acentuam-se, "exigindo-se" com isso a saída dos pescadores de seu lugar, como demonstram os trabalhos de Lima (2002, 2006) e Silva (2004).

A procura dos turistas pelo litoral de Icapuí tem despertado cada vez mais o interesse pela atividade nas instâncias da gestão pública e entre os moradores. Entretanto, ainda são incipientes as políticas voltadas ao setor, ficando a ação do poder público focada principalmente no "ato de não agir" [22]. Exames realizados nos poucos documentos ainda existentes na Secretaria de Turismo, em uma das visitas feitas ao longo da pesquisa, apontam que a atuação do poder público municipal resume-se atualmente a poucas ações, principalmente no que tange à elaboração de uma política municipal de turismo. As deficiências nos serviços oferecidos, na infraestrutura urbana, principalmente no que diz respeito a saneamento básico e transportes, refletem bem esse processo.

Há aproximadamente dez anos, o PAT (PMI, 2001a, p. 20) já apontava que a cidade precisava:

> [...] de um sistema de transporte público regular e acessível, que sirva tanto para o deslocamento dos moradores como para possível uso por visitantes, ligando de maneira eficaz os balneários às áreas urbanas onde há a concentração de prestação de serviços; hoje, a opção para uns e para outros seria os mototaxistas ou o aluguel de bugres para passeio na orla.

Praticamente uma década após, ainda persistem os problemas e o avanço do setor sobre os espaços litorâneos do município só se intensifica. O planejamento da atividade por parte do poder público municipal, embora incipiente, promoveu esse processo, dotando as comunidades mais consolidadas como "atração turística" de certos serviços e infraestruturas. O capital internacional

[22] O puro ato de omitir-se do processo, ou participar de forma irrisória, confere uma postura que, no fim, é um ato político e, portanto, colabora com o atual quadro de desenvolvimento do turismo no município, nem que isso seja feito ao permitir-se, sem nenhuma participação do poder público municipal nas normatizações, que a inserção da atividade se dê aos sabores dos atores hegemônicos do setor, ou ainda nos moldes que o Terceiro Setor propõe.

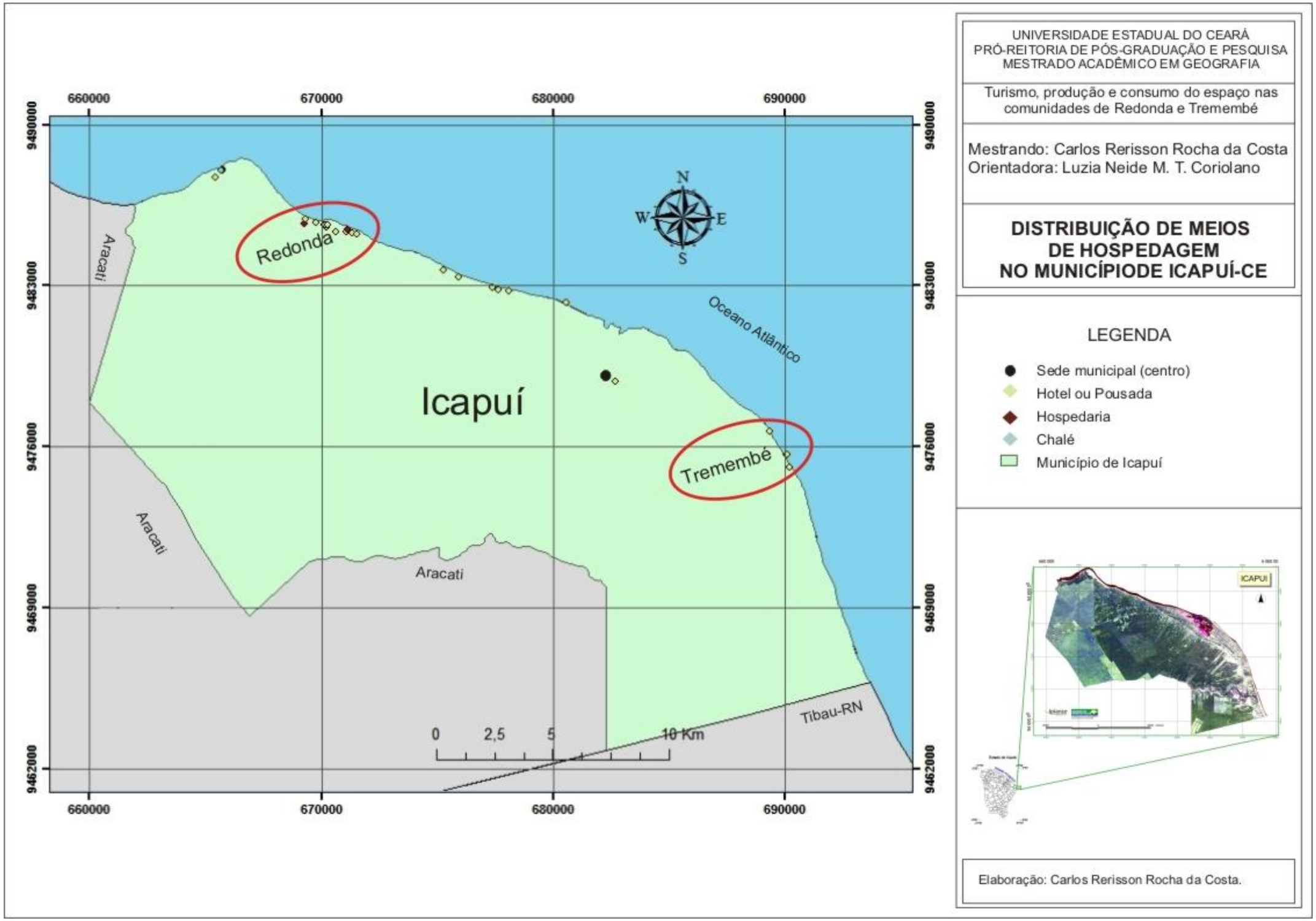
adianta-se e “abarca” espaços para implantação de hotéis e pousadas, a exemplo do hotel *Casa do Mar*, de origem portuguesa, localizado em Tremembé.

As comunidades de Barreiras, Peroba e Redonda foram “beneficiadas” com a pavimentação da estrada que as liga à sede do município. Esse acesso mais facilitado intensificou a especulação imobiliária e induziu a instalação de pousadas de proprietários externos a estas comunidades, como a pousada *Oh Linda!*, situada na falésia que divide as praias de Peroba e Redonda (por mais que, do ponto de vista das legislações ambientais, isto pareça contra-sensual).

As comunidades de Redonda e Tremembé consolidaram-se como principais destinos turísticos do município. Estas comunidades concentram equipamentos turísticos, como hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Destaca-se aqui, no entanto, o fato destas duas comunidades apresentarem distinções quanto às formas de inserção da atividade: a primeira guarda (e resiste para guardar) um modo de vida ainda “tradicional”,[23] resistindo, mesmo que não em sua totalidade, às formas de inserção do turismo globalizado; a segunda convive de forma mais acentuada com as relações entre o Global – representado pela atividade do turismo de grandes empreendimentos e/ou de empreendimentos de propriedade estrangeira, sobretudo europeia – e o Local – representado pelo restante da comunidade pesqueira que ainda reside nos espaços não ocupados por hotéis, pousadas, em grande parte agora vistos como espaços especulativos reservados à valorização da propriedade.

No Mapa 01 pode-se observar a distribuição dos meios de hospedagem no município, destacando-se a predominância dos empreendimentos no litoral e a concentração destes nas comunidades mencionadas.

[23] O entendimento do que se caracteriza como comunidade tradicional já foi anteriormente exposto, com base nas contribuições teóricas de Diegues (1995; 1996).



Mapa 01 – Distribuições de meios de hospedagem no município de Icapuí
Elaboração: Carlos Rerisson Rocha da Costa, 2008.

Este espaço concebido para o desenvolvimento da atividade turística é animado por dinâmica social onde a identidade é marca muito forte. Souza (2009, p. 4) expõe que “os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo dessa racionalidade, são, portanto, espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens”.

Para ele “o espaço abstrato não consegue destituir completamente as contradições da realidade prática e sensível imediata [...]”. Surge daí o espaço das diferenças, “fragmentado pela resposta da sociedade local à implosão de uma ordem distante”. O espaço vivido, assim, “denota as diferenças em relação ao modo de vida programado” (SOUZA, 2009, p. 4).

Ao acontecer isso, o espaço torna-se “um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial”, espaço que se opõe ao espaço abstrato, dito homogêneo.

O espaço vivido desafia criativamente as práticas espaciais e espacialidades dominantes, sendo propício para o nascimento de espaços de resistência em decorrência de sua própria posição subordinada frente aos espaços hegemônicos (LEFEBVRE, 1991a).

É nesse sentido que comunidades em todo o território brasileiro organizam-se frente aos processos modernizadores, materializado em grandes projetos ou políticas que têm o objetivo de consolidar cada vez mais o modo de produção capitalista e seus mecanismos de funcionamento.

A história de organização comunitária e participação política presente em Icapuí dá a base para o desenvolvimento desse processo nas comunidades onde a atividade turística tem se inserido.

Para enfrentar a possibilidade de instauração de processos semelhantes aos desencadeados nos principais destinos turísticos do estado do Ceará, sobretudo em Canoa Quebrada, moradores de comunidades pesqueiras de Icapuí pensaram e ainda pensam sobre os modelos de turismo que desejavam/desejam desenvolver em seus lugares.

Ao se organizarem com este propósito, produzem aquilo que Porto-Gonçalves (2001) chama de *r-existência.* Estas organizações comunitárias possuem práticas que apontam para além de uma simples reação à inserção de diferentes

dinâmicas em seus lugares. Cruz (2007, p. 95) aponta que esses movimentos sociais de r-existência

> [...] não só lutam para *resistir* contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar.

Sendo assim, essas populações das comunidades pesqueiras de Icapuí onde o turismo vem desenvolvendo-se propõem também outro turismo possível, pautado nos interesses locais e que respeite os traços identitários da comunidade. Nessa busca, Organizações Não Governamentais têm articulado iniciativas voltadas para esse propósito e têm tido importante participação no processo de adesão/desenvolvimento do turismo comunitário no litoral icapuiense.

3.4 Em busca de alternativas: a adesão ao turismo comunitário e o papel das Organizações Não Governamentais

A inserção do turismo tem gerado fortes conflitos em diversas comunidades pesqueiras no Ceará. A ligação dessa atividade com dinâmicas produtivas globais imbui as comunidades onde se instala com valores e formas de organização distintas das que seu modo de vida requer estabelecer.

Diegues (1996, p. 67) menciona esses conflitos oriundos da chegada de turistas, gerando “conflitos de usos tradicionais de territórios anteriormente considerados de uso das comunidades”. Resistências são organizadas em busca de alternativas de trabalho. Algumas comunidades organizam um modelo de turismo mais ligado aos valores locais.

O modelo de turismo comunitário é visto como alternativa à exploração dos espaços das comunidades por empreendimentos de grande porte, como *resorts*, explorados por empreendedores internacionais.

Barbosa *et al* (2008, p.11) apresenta o turismo comunitário como “atividade turística que é organizada, planejada e executada pelos moradores locais”, através de um trabalho em conjunto e cooperativo, e que tem como objetivo

a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental, associado ao desenvolvimento econômico local. É importante salientar que essa forma de cooperação, todavia, dá-se como “estratégia de sobrevivência e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo”. Essa forma de turismo diferencia-se do modelo convencional, regido, sobretudo, pelas macro-políticas destinadas ao setor, por ser “uma forma de turismo que pensa o lugar, que parte da comunidade” (CORIOLANO, 2006a, pp. 373-74).

Em comunidades pesqueiras esse modelo apresenta-se como contraponto ao turismo de massa, que na maior parte das vezes tem se alicerçado em empreendimentos cujo visitante não tem ligação com a comunidade e onde a mão de obra local, quando é aproveitada, insere-se em postos temporários, sazonais, e que pagam pouco.

O turismo comunitário integra-se a outras atividades econômicas desenvolvidas na localidade; prioriza a oferta de emprego à população residente; promove a dinamização de grupos locais, além da luta pela garantia da posse de terras. Ademais, busca “a regulamentação das unidades de conservação, assim como a implementação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejos e de conservação compatíveis com o turismo” (CORIOLANO, 2006b, p. 202).

No entanto, é importante destacar que mesmo diferenciando-se dos modelos hegemônicos de turismo, o turismo comunitário é parte da mesma atividade gestada no modo de produção capitalista e, portanto, também traz parte das contradições inerentes a este modo de produção.

Embora realizado por membros das comunidades onde se desenvolve, este modelo de turismo contribui também para progressiva valorização do litoral, na medida em que estes espaços vêm sendo apropriados para o consumo turístico.

Em Icapuí, nos últimos anos da década de 1990, a mobilização social e o incentivo governamental para o desenvolvimento do turismo acentuam-se paralelamente à construção do orçamento participativo, organizado pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Nesse contexto surgem a Cooperativa Icapuiense de Turismo – COOPITUR e as Associações de Turismo de Icapuí-Sede, Barreiras, Redonda e Peroba, Ponta Grossa, Tremembé e Manibú (TORRES, 2003).

Nos primeiros anos do século XXI o que se percebe é o enfraquecimento da articulação comunitária no que diz respeito à organização do turismo. Torres (2003, p. 87) diz que:

> No desenvolvimento do processo participativo das comunidades turísticas de Icapuí, podem ser observadas crises de autoridade e conflitos de interesses que se estabeleceram recaindo no funcionamento autônomo dessas associações e, consequentemente, na qualidade da ação local participativa, afetando muitas associações, que ficaram paralisadas, em processo de desmobilização ou de reestruturação.

Atualmente, a participação popular encontra-se em um momento de desmobilização, estando à frente do processo algumas ONGs, num caminho que pode tornar o processo de construção de autonomia e participação comunitária em um movimento onde o Terceiro Setor é colocado à frente como representante da população local.

Nos anos de 1970 e 1980 as ONGs eram consideradas como parte do campo progressista, tendo o objetivo de favorecer a participação das classes populares (DOIMO, 1995). Essa perspectiva de atuação das ONGs é modificada nos anos 1990. Coutinho (2005, p.58), a esse respeito, destaca:

> Se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de “filantropia empresarial”; mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, como é o caso das Fundações Ford, Rockfeller, Kellogg, MacArthur, entre outras.

É nesse contexto que se desenvolve um processo crescente de “despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2002, p. 274).

No que se refere ao turismo comunitário, projetos foram desenvolvidos em comunidades pesqueiras do município de Icapuí, apresentando propostas de enfrentamento ao avanço dos grandes empreendimentos turísticos no litoral. Nesse sentido, a proposta de hospedagem domiciliar apresentada pelo projeto “Em Cada Casa uma Estrela” se mostra com relevante papel na difusão do turismo comunitário como possibilidade.

Desenvolvido pela Fundação Brasil Cidadão, o projeto “Em Cada Casa uma Estrela” fomentou a adequação ou mesmo a construção de cômodos na

residência dos pescadores das comunidades litorâneas icapuienses, sobretudo em Redonda e Ponta Grossa.

Em Tremembé, a Associação Caiçara vem desde a década de 1990 desenvolvendo proposta de turismo comunitário, mantendo uma pousada voltada para a proposta. Tal proposta faz parte da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede TUCUM, embora o envolvimento da comunidade com tal proposta seja nulo, como será apreciado adiante.

Apesar das ações dessas ONGs terem sua importância na organização dessas alternativas, o modelo de turismo pensado no seio dessas instituições nem sempre representa os anseios das comunidades, não sendo, portanto, efetivamente comunitário. Muitas vezes essa “marca” do comunitário tem sido forjada para o atendimento de um público-alvo diferenciado, turistas intelectualizados e ligados a movimentos sociais, em sua maioria.

Vale destacar que a retirada da tomada de decisão da comunidade em construir possibilidades não hegemônicas de turismo, repassando essa decisão e suas formas de implementação às Organizações Não Governamentais, tende ao enfraquecimento das propostas de soerguimento de contrarracionalidades a partir destas comunidades, produzindo-se, cada vez mais, “alternativas padronizadas”.

Estes processos se desenvolvem em todo o litoral de Icapuí, mas é nas comunidades de Redonda e Tremembé que as contradições e os conflitos do desenvolvimento do turismo, inclusive das propostas de turismo comunitário, se manifestam mais intensamente.

4 TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM REDONDA E TREMEMBÉ: contradições, r-existências e alternativas

As comunidades de Redonda e Tremembé, como já colocado, são os principais destinos turísticos de Icapuí. Ambas concentram a maior parte dos equipamentos turísticos do município e se inserem de forma diferenciada no seio do desenvolvimento da atividade. Cada uma delas recebe de forma distinta o turismo e, por isso, sente diferentemente os impactos da atividade sobre seus espaços e suas formas de organização sociocultural.

Estas comunidades têm experimentado o desenvolvimento do turismo desde a década de 1990, tornando-se os mais importantes destinos turísticos do município. Redonda é transformada em atrativo turístico a partir de sua beleza paisagística e de sua cultura, representada pela organização comunitária, o que proporcionou inserção mais ativa da comunidade na atividade turística. Tremembé passa a atrair fluxos turísticos por sua faixa de areia e calma propícia ao descanso, levando à instalação de bares, restaurantes e mais tarde de pousadas e hotéis, em sua maioria de propriedade de empreendedores europeus.

Estas duas comunidades passam a reproduzir-se a partir de lógicas diferenciadas, associadas à valorização do espaço litorâneo, o que induz outras dinâmicas de produção do espaço. Um espaço antes tido como bem comunitário, pensado a partir do *uso*, agora encarado como bem especulativo e possuidor de um *valor de troca*, portanto, consubstanciando-se enquanto mercadoria.

As distinções desse processo que se manifesta nessas duas comunidades do mesmo município merecem apreciação individualizada, embora façam parte de dinâmica maior, que engloba ambas as situações.

4.1 Turismo, consumo e produção do espaço na comunidade de Redonda

Redonda é uma comunidade de pescadores localizada a 16 km da sede municipal e se destaca por sua forte organização popular. A comunidade, hoje com

aproximadamente 600 famílias, formou-se a partir da consolidação de um núcleo habitacional situado entre a falésia e o mar. Suas casas foram sendo construídas nesse espaço, hoje já ocupando parte da encosta, expandindo-se também a parte superior da mesma. Essa expansão tem gerado alguns problemas de ordem ambiental e sanitária e preocupado seus habitantes.

De acordo com depoimentos de moradores, a formação da comunidade remonta à chegada de "duas famílias". O material elaborado pela Fundação Brasil Cidadão – FBC na execução do projeto Memória Viva[24] (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005) também indica isso. O referido texto aponta que:

> Para Dona Maria Rodrigues, aos 75 anos, cujas memórias remontam a década de 1940 e por assim dizer, uma das mais velhas moradoras da comunidade, os primeiros chefes de família, precursores da saga de origem da comunidade foram "Chico Currupio" e "João Crispim". Suas declarações são confirmadas pela Sra. Luzia Raimunda da Silva, ao mencionar como referência os casais João Crispim, em seu primeiro casamento com Rosa Carneiro, pais de 05 filhos, e em segundas núpcias com Maria Ursulina, com quem concebeu 11 rebentos; e Francisco Currupio, esposo de Dona Luzia Tereza, de cuja união nasceram 08 filhos (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005)[25].

A comunidade passa então a desenvolver-se a partir dessas duas famílias. "Vivia-se da pesca artesanal e da agricultura de subsistência. Faziam farinha ou utilizavam a mandioca brava que era cavada no chão e servia para fazer o 'grolado' e o 'beiju' para comer com peixe". O artesanato em palha (principalmente a confecção de chapéus) já era realizado e usado como moeda de troca para aquisição de "farinha e rapadura lá no Retiro Grande", pequena comunidade litorânea de Icapuí situada próximo à atual divisa com o município de Aracati. Havia ali apenas um escasso comércio, realizado nas duas pequenas bodegas existentes, "a de Chico Pindu e a de Antônio Pedro" (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).

As "vinte e três casas" de então culminaram hoje num aglomerado desordenado que se expandiu sobre a encosta, já bastante degradada em muitos

[24] Projeto que tem como objetivo a elaboração da história das comunidades costeiras de Icapuí, elaborado a partir da história oral colhida em oficinas de resgate da memória coletiva local. Foram realizadas oficinas nas comunidades, resultando em um material a ser disponibilizado no site www.brasilcidadao.org.br.

[25] A oficina de resgate de memória coletiva na comunidade de Redonda foi realizada em 25 de agosto do ano de 2005, sob a moderação de Dora Farias, Elizabete Romão e Carla Bezerra.

pontos. A supervalorização atual dos espaços à beira-mar pressiona ainda mais essa concentração nas encostas, assim como em suas bordas na parte “de cima” da comunidade (da serra, como corriqueiramente é chamada pelos moradores essa parte de Redonda).

No fim da década de 1950 inicia-se a pesca de lagosta na comunidade, assim como no resto do município de Icapuí. Esta atividade passa então a figurar como a principal fonte de renda para a comunidade, fortalecendo ainda mais sua ligação com a pesca. Em entrevista realizada na comunidade, um pescador de 34 anos expressa essa importância ao dizer que:

> A pesca pra Redonda significa um meio de sobrevivência, né? Aqui se não for a pesca o lugar num tem muita... vai muito pra frente não porque quem leva mais aqui à frente é a pesca sabe. A pesca aqui na Redonda é o principal... a principal fonte de renda da Redonda é a pesca (Entrevista com Entrevistado 02, em Fevereiro de 2009, em Redonda).

Inicialmente, “apenas três das maiores embarcações dedicavam-se à captura do valioso crustáceo e em geral utilizava-se o jereré como principal instrumento de pesca”. Os lucrativos resultados da pesca de lagosta manifestam-se logo com o “surgimento de algumas bodegas ou pequenos comércios” (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).

Na última metade da década de 1970 a chegada do Padre Diomedes de Carvalho desencadeia um importante processo de mudança na comunidade. A memória coletiva do lugar lembra que as condições sanitárias de Redonda antes da chegada do Padre Diomedes eram bastante caóticas. “Conheciam pouco sobre higiene; varriam as casas, mas não apanhavam o lixo; sentavam e deitavam no terreiro, onde os porcos e galinhas circulavam” (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005). A formação de grupos de jovens e de senhoras foi o meio escolhido para dar corpo à mudança pensada pelo Padre.

> Anteriormente o povo não tinha banheiro, nem filtro, não se alimentavam bem, criavam porcos na praia, não cuidavam devidamente da higiene. Aos poucos o Pe. Diomedes foi mudando essa história, insistindo na introdução de novos hábitos na comunidade com relação à saúde e a educação, fortalecendo a união ao passo que conscientizando os moradores da importância da limpeza de suas casas e do ambiente em geral. Incentivou a

> construção de banheiros e a colocação de filtros nas casas (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).

A atuação do Padre Diomedes segue e, passando, por exemplo, por questões como a melhoria da qualidade da água, culmina na construção da primeira escola da comunidade, “edificada em regime de mutirão”.

> As mulheres carregavam pedras na cabeça da Ponta do Vigário. Todos, inclusive crianças, iam até a Ponta Grossa na busca de sacos de areia de 60 quilos e conduziam até Redonda. Todo material da escola foi conseguido com grande esforço e mobilizações locais, que finalizaram as obras em 1983, com honrosa homenagem ao Pe. Diomedes – A Escola levou seu nome como símbolo da luta, resistência e esperança em dias melhores. Pode-se, pois dizer que o povo da Redonda foi reeducado pelo Padre Diomedes que ensinava até as mulheres a se vestirem, a se maquiarem. Seus sermões, nas santas missas eram verdadeiras aulas de bem estar, ajudando na formação de uma comunidade mais justa e digna (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).[26]

Nasce aí a força da organização popular em Redonda. O trabalho dos grupos que, fortalecidos a partir da organização proposta pelo Padre Diomedes, modifica a situação de insalubridade em que viviam, se reforça com o passar do tempo servindo de base para a organização da comunidade. A contribuição de Padre Diomedes escapa à comunidade de Redonda, tomando de conta do restante do município. Sua atuação e participação na organização social deste município merecem atenção especial, embora não seja possível tal empreitada no escopo deste trabalho. A fala colhida em entrevista realizada com um morador de Redonda reflete bem isso:

> Porque assim, quando o padre Diomedes... ele chegou em Redonda... Assim, quem diz muito isso é os mais velhos, as pessoas idosas quando a gente pergunta, eles diz muito isso, que antes as pessoas não tinha esse costume de fazer reunião, de se reunir, não tinha costume de... assim de ter uma mobilização... as pessoas dizem assim, que quando o padre Diomedes é... veio atuar na comunidade, que ele começou a criar esse movimento junto com as pessoa e essas mesmas pessoas que estavam nesse movimento de comunidade né? Que era religioso e também era social, foram assim... a base para os movimentos de associação e que também se construiu a base para o movimento político quando Icapuí... ele se torna município. Aí ficou assim... ficou uma coisa muito imbricada uma na outra... o movimento de comunidade eclesial de base, que é das CEBS da igreja, com o movimento de organização da comunidade e com o movimento político da comunidade... do surgimento das lideranças... foi... assim... uma

[26] Sobre Monsenhor Diomedes, conferir o trabalho de BRANCO (1998, pp. 215-227)

> coisa muito misturada (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Em Redonda essa organização e mobilização se refletem, por exemplo, nas lutas travadas pela terra e no combate à pesca predatória com o uso de compressores, conflito este exposto anteriormente.

Na década de 1990 passa-se a conviver com o declínio do pescado e das atividades artesanais ali desenvolvidas. É também nesta década que a comunidade passa a dispor de água encanada e outros serviços, sendo também nesse período que se intensifica o desenvolvimento da atividade turística na comunidade (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).

> Com relação ao tempo eu percebo que foi uma coisa vagarosa, mas que desde a... da minha infância eu percebo que já tinha essa questão dos carnavais, de vim gente no carnaval, de vim gente nos feriado, pessoal de fora, eu me lembro que há muito tempo já tem isso mas que recentemente é que deu esse... é... podemos dizer... esse aumento né? de ser assim uma praia mais badalada, assim uma praia é... com mais acesso a outras coisas né? perigosas, a drogas, prostituição. Assim, foi acontecendo um processo que vagarosamente acabou culminando né? é nos últimos dez anos... na década de noventa (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

No que se refere ao turismo, a comunidade de Redonda tem se destacado entre as demais de Icapuí por apresentar estrutura de hospedagem, bares e restaurantes já consolidada, oferecendo, assim, um número considerável de serviços de apoio para os visitantes. Grande parte dos proprietários de pousadas, bares e restaurantes, a maioria de pequeno porte, são oriundos da própria comunidade (Figuras 06 e 07).

Figura 06 – Bares à beira-mar
Fonte: Rerisson Costa, Nov./ 2008.

Figura 07 – Pousada domiciliar de morador de Redonda
Fonte: Rerisson Costa, Nov./ 2008.

Isso reflete a organização popular que articulou r-existências e tornou possível que membros da própria comunidade se inserissem na atividade turística nos moldes que acreditavam ser melhor para o lugar. R-existências porque além de "resistirem" aos moldes propostos pelos atores hegemônicos do setor, tentaram (e ainda tentam) construir a atividade a partir de outros moldes possíveis, indicando outras formas de desenvolvimento do turismo, a partir das maneiras de existência construídas pela comunidade.

Isso não exclui, contudo, o interesse de parte da comunidade na inserção de empreendimentos de maior porte ou mesmo da venda de suas terras, o que tem incidido em conflitos familiares e no seio da comunidade de forma mais ampla.

> Aqui existe muito conflito por terra na redonda, posse de terra. A posse de terra é o nó da questão... assim, principalmente entre familiares... porque irmãos né? de uma família que a matriarca e o patriarca já faleceram... irmãos que querem construir uma coisa assim... turismo e outros irmãos não querem, querem pra residência... uns que querem vender o terreno e outros não concordam... aí eu percebo que os conflitos são nesse ponto (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Esse destaque da comunidade enquanto destino turístico para aqueles que visitam o município fez com que o poder público se manifestasse na dotação de "condições necessárias para o desenvolvimento da atividade" (Entrevista com Entrevistado 06, em agosto de 2009, na sede do município).

As intervenções por parte do poder público municipal "beneficiam" a comunidade com a pavimentação da sua ligação com a sede do município, intensificando a especulação imobiliária e facilitando ainda a consolidação de pousadas de proprietários externos à comunidade, como a *Oh Linda! pousada*, construída em terras que pertenciam à comunidade e foram vendidas, estando situada na falésia que divide as praias de Peroba e Redonda – por mais que, do ponto de vista das legislações ambientais, isto pareça contra-sensual (Figura 08).

Figura 08 – Oh Linda pousada, localizada próximo à borda da falésia.

Fonte: http://www.ohlindapousada.com.br/index1024.htm

Em consulta realizada durante o trabalho de campo sobre os preços praticados na venda de terrenos na comunidade, foi possível perceber elevação média em torno de 1000% no valor dessas terras em um intervalo de uma década[27]. Esse incremento no valor da terra reflete o processo de valorização antes mencionado e desencadeados conflitos quanto ao interesse na venda das terras da comunidade e mesmo na grilagem de terras à beira-mar, processo do qual o episódio ocorrido nos anos 2000 e 2001 é emblemático.

Em 2000, a intenção da Empresa Luiz Fiúza Arquitetos em instalar um empreendimento turístico na duna localizada na passagem da comunidade de Redonda para Ponta Grossa gerou no seio da comunidade um descontentamento quanto ao uso das terras por eles tidas como de uso comum. Nessa área, "um acordo comunitário previa a não construção de qualquer edificação", para manter "a beleza e a vista da comunidade" (Entrevista realizada com Entrevistado 03, em Junho de 2009, em Redonda).

A articulação comunitária permitiu a defesa da posse da terra, denunciando a "fraude do abaixo assinado"[28] e comprovando a ilegalidade dos documentos de propriedade apresentados pelos empreendedores. Contaram para isso com o apoio de professores da Universidade Federal do Ceará – UFC e membros do Instituto Terramar.

Além disso, as intervenções por parte do poder público municipal foram ainda mais intensificadas com a implantação de "quiosques" para o funcionamento de bares e restaurantes e a construção de um calçadão na orla. Atualmente, parte desses "quiosques" do calçadão e do próprio arruamento à beira-mar realizado pela Prefeitura de Icapuí está sendo posto abaixo pela dinâmica das marés, o que reflete

[27] Esta consulta foi realizada com 15 (quinze) moradores que já possuíam terrenos na comunidade em 1999 ou que compraram suas terras naquele período. Pode-se citar como exemplo um lote de 15 m x 35 m que fora comprado em meados de 1999 por R$ 600,00 e hoje é avaliado em R$ 6.500,00. Outros, próximos à encosta ou à beira-mar, locais mais valorizados, chegam a ser vendidos na atualidade por R$ 40.000,00, onde se praticavam preços em torno de R$ 5.000,00 há dez anos.

[28] Em 2000, uma "pesquisa" fora realizada na comunidade perguntando quem era a favor ou contra o turismo, tendo como resultado a ampla maioria se posicionando favorável. Este foi o início da "fraude do abaixo assinado". Aos formulários com o resultado favorável fora acrescentado um cabeçalho que indicava o apoio à construção do empreendimento hoteleiro na comunidade.

bem a “qualidade” do planejamento realizado para a inserção da atividade, o que pode ser visto nas Figuras 09 e 10[29].

Figura 09 – Quiosque parcialmente destruído pelo avanço da linha de preamar.

Fonte: Rerisson Costa, Jan./ 2009.

Figura 10 – Calçadão, arruamento e sistema de escoamento destruídos.

Fonte: Rerisson Costa, Jan./ 2009.

[29] Iná Elias de Castro (CASTRO, 2002, p. 132) faz interessante comentário, a ser lembrado quando observamos casos como esses presentes em Redonda: “a paisagem revela escolhas políticas, seja como recurso turístico, seja como uma externalidade que pode ser positiva ou negativa e afeta o valor de terrenos e de imóveis e, consequentemente, o cotidiano dos indivíduos”.

Essa dotação de equipamentos e infraestruturas na comunidade de Redonda não foi bem aceita por todos na comunidade e a organização popular mais uma vez entra em cena, embora não tenha sido ouvida pelo poder público local de então, mesmo que em um paradoxo ao modelo participativo proposto ainda naquele momento.

> Eu lembro que na época do calçadão a gente também criou um movimento de resistência eu lembro. Não pelo calçadão, mas por que aqui, a gente conversando com o pessoal do TERRAMAR, da... assim, aqui a redonda não tinha estrutura assim, de ter asfalto, de ter calçadão porque as residências já eram muito próximas ao mar, entendeu. Aí tinha uma área muito pequena de areia, areia de praia, essa areia. E o calçadão e o asfalto, a pista, ia deixar sem esse espaço, ia ficar em cima já do mar. Então, futuramente a tendência era o mar derrubar e acabar em destroço, como ta em destroço... e foi o que aconteceu realmente (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Um documento elaborado por um grupo da comunidade apontava esses problemas quanto às intervenções previstas e destinado à prefeitura, mas os resultados foram negativos. A fala de um dos membros do grupo expõe a situação: “não deu em nada porque ali já era um projeto que já tinha o que? Tinha o recurso já que tinha vindo... e se já veio o recurso era só... se não implantasse é tipo como se fosse uma incompetência né, do órgão que não executasse” (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda). Anos mais tarde, as consequências apontadas pelo grupo podem ser observadas em um breve passeio na orla de Redonda. Diz o entrevistado que “quando assim, quando colocou, visualmente realmente dava pra ver aquele embelezamento, aquele enfeite... mas que agora tá é um... tá do jeito que tá, né?” (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Essas intervenções destinam à comunidade um fluxo maior de turistas, “não é o único fator, mas, é talvez o predominante” (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda). O acesso facilitado e a “padronização” da comunidade nos moldes dos espaços litorâneos para o consumo turístico “melhorou a renda dos donos de barraca”, diz uma proprietária de um bar na comunidade (Entrevista com Entrevistado 04, em Março de 2009, em Redonda).

Essa concepção de um espaço a favor da reprodução do capital, normatizado, padronizado, homogêneo, abstrato nos termos de Lefebvre, pode ser percebida na fala de um dos entrevistados:

> [...] o calçadão ele é o desenho assim, é o modelo que as pessoas tem em mente de uma praia bem estruturada, é um padrão... por causa de Copacabana, talvez (risos)... né? Aí dá essa imagem de que assim, o turismo bem organizado tem que ter esse padrão aí, que é do calçadão e dos comerciozinho funcionando em todo o calçadão, que as pessoas possam caminhar pelo calçadão, né? (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Mas no plano do vivido as coisas não são (nem precisam ser) tão homogêneas. Nele cresce a possibilidade de um espaço diferencial, espaço de outras possibilidades. Para o entrevistado, além desse padrão “podem existir milhares de outras possibilidades”. Diz ele que

> [...] a caminhada não precisa ser no calçadão, nem as palhocinha tem que ser... é... de tijolo assim, modernizada... poderia ser uma coisa mais... é... Rústica, daria também beleza... né? As areias na praia. E assim, o calçadão onde fosse possível, que melhorasse realmente o acesso, seria bom, mas onde não fosse possível não tinha de ser, né? Uma coisa obrigatória, né? Não era pra ser uma coisa determinante (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Nessa tentativa de propor formas diferenciadas de desenvolvimento da atividade, a comunidade discute ao longo dos anos o que buscar com o turismo, que turismo desenvolver. De certa forma, a resposta mais fácil e já encontrada diz respeito ao que não se quer, aos modelos e consequências que não se quer experimentar, quando citam os exemplos de Canoa Quebrada, Morro Branco e Jericoacoara.

A construção das possibilidades para o turismo na comunidade de Redonda tem sido alavancada, sobretudo, pela própria comunidade, tendo pequena contribuição e participação de ONGs de forma mais direta no setor de turismo. A organização da comunidade e o reconhecimento de que podem desenvolver processos decisórios de forma independente tem dificultado as relações com algumas ONGs.

Essas organizações muitas vezes têm interesses diversos dos da comunidade e tentam implantar modelos de Turismo Comunitário que foram pensados externamente, como um padrão para todas as comunidades pesqueiras. Esses modelos não têm sido vistos em Redonda como comunitários de fato. Na comunidade, ainda há o sentimento da necessidade de construção de um modelo a seguir, mas as divergências políticas têm pesado na hora de estabelecer consensos e articulações.

A intensificação dessa atividade em Redonda consubstanciou uma série de alterações na dinâmica social do lugar, sendo destacadas as mudanças nos costumes e hábitos da comunidade.

> [...] os costumes, eles mudaram muito, eu acho que sofreram grandes transformações. Assim... a nova geração, por exemplo, as meninas de hoje já vão tomar banho de mar com roupa de praia, né? E a geração das mães delas não faziam isso, entendeu... os costumes. Essa questão de sair a noite, assim quando estão no fim de semana, de ir prum bar, de ir prum uma festa, de ir dançar também hoje já é muito... hoje já é um costume do lugar que não tinha. De primeiro as festas era à tarde, era um forrozinho à tarde que tinha algum canto que fazia e as pessoas vinha embora muito cedo e hoje entra de madrugada adentro... a questão do uso de droga ser uma coisa mais aceita... as pessoas bebe as pessoas fumam, a juventude tem acesso a maconha, tem acesso a crack. Então mudou... teve muita mudança (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

O problema da acentuação do uso de drogas na comunidade é apontado e sentido por todos os moradores como uma das consequências da inserção do turismo. As alterações no uso dos espaços também são manifestadas nos depoimentos.

> E mudou a visão do lugar, né? assim o visual, tem mais moradia, tem mais residência, assim, até de uma forma sem ser organizada, estruturada, as vezes sem... construído em local inadequado, casas e outros estilo de moradia, né? (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

> Esse novo valor que Redonda ganhou gerou isso, né? Muitas casa assim... uma em cima da outra... que já eram assim, mas não tanto e eram casas pequenas. Aí isso mudou a comunidade, a imagem da comunidade... e nisso tem as drogas também, que é difícil da polícia andar em Redonda pelas grotas, né? Tudo isso foi mudando... e piorando, né? (Entrevista com Entrevistado 07, em Junho de 2009, em Redonda).

Apesar disso, são apontados alguns pontos positivos no que tange às mudanças nos “comportamentos das famílias” que, segundo os moradores, aprendem “outras coisas”, podem “quebrar tabus, conhecer coisas diferentes que nunca tinham acesso, mas que agora a própria comunidade pode criar vínculos de amizades com pessoas de outros lugares, viajar, conhecer gente nova”. Isso é apontado como possibilidade de se “conhecer culturas diferentes”, tendo também “contribuições”, “em alguns pontos” (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

> Em alguns pontos a comunidade melhora em relação à convivência, né? De saber... as vezes... por exemplo, de perceber... de interferir menos nas vidas das pessoas, de perceber que cada um é dono de sua vida, de entender isso, assim, por ver que as pessoas... que existe um mundo lá fora e que a vida não se resume só à comunidade. Contribui nisso também... (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

No entanto, o peso de consequências negativas é facilmente percebido como maior que os benefícios trazidos à comunidade.

> [...] pesando tudo, se fosse possível calcular, acho que a maioria dos impactos são negativos... a maior parte... assim, os negativos pesam mais porque até, assim, os positivos poderiam ser conquistados por outros meios, né? através da educação, né? de processos educativos, poderia ter construído... é... um processo de construção de novos pensamentos, novas formas de pensar, de novas opiniões. Agora os negativos não, eles acontecem e ficam, assim, são bem visíveis os impactos negativos pra comunidade (Entrevista com Entrevistado 01, em Março de 2009, em Redonda).

Na atualidade, proprietários locais sentem certo declínio da atividade, principalmente aqueles que possuem ou possuíam empreendimentos domiciliares de menor porte. Uma ex-proprietária de pousada (a segunda pousada a se instalar na comunidade) e hoje dona de um bar na orla demonstra tal declínio em sua fala: “Turismo aqui na Redonda não tem... é muito assim... tá fraco. Redonda não tá indo pra frente. Teve um momento que o turismo chegou... mas agora tá fraco” (Entrevista com Entrevistado 04, em Março de 2009, em Redonda).

A parca atuação do poder público municipal é lembrada na cobrança da dotação dessa infraestrutura que se “necessita” para o desenvolvimento da

atividade. Para a moradora e ex-proprietária de pousada, é preciso organizar o espaço da comunidade para o turismo; e a administração municipal, em sua opinião, tem sido falha nesse aspecto: “Organizar o lugar, né? porque taí, a Redonda tinha um calçadão, esse calçadão caiu e tá destruindo o lugar todim, taí a praia tá horrível é, porque o calçadão caiu... o prefeito nem aqui vem olhar... não tá fazendo nada” (Entrevista com Entrevistado 04, em Março de 2009, em Redonda).

A comunidade vive os impactos da inserção do turismo, mas, sobretudo, da inserção mal planejada (ou não planejada) da atividade. A dotação de infraestrutura fora pensada para curto prazo quando de sua instalação e a manutenção dessa estrutura não esteve nos planos do poder público local. As mudanças nos hábitos e costumes da comunidade não incluíram o reforço da organização comunitária para a atuação na atividade turística.

Esse processo desenvolvido a partir da década de 1990 expande-se pelo município e torna-se também realidade em Tremembé.

4.2 Turismo, consumo e produção do espaço na comunidade de Tremembé

A comunidade de Tremembé composta por aproximadamente 100 famílias, também vivencia processos similares aos apresentados na comunidade de Redonda. Embora seja uma comunidade menor que Redonda, a intensidade da inserção do turismo e o porte dos empreendimentos que se instalam no lugar têm desenvolvido outras dinâmicas na produção do espaço da comunidade.

Tremembé tem sua origem incerta, provavelmente entre os séculos XVII e XVIII, após os conflitos em combate aos índios Tremembés que ali se localizavam e interferiam na passagem dos comboios que faziam o percurso Maranhão-Recife pela Velha Estrada Geral (FREITAS FILHO, 2003). Os habitantes viviam da pesca e da agricultura de subsistência. Segundo a memória coletiva local, disponível por meio de material elaborado no projeto Memória Viva (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO,

2005)[30], “a intensa comercialização de muitos produtos na comunidade se dava por meio dos tropeiros ou comboieiros vindos de Cascavel-CE, os quais retornavam com cargas de peixe e coco”.

Um comércio se instala na comunidade, mas de forma bastante incipiente, intensificando-se um pouco mais décadas depois com a “modernização” da pesca e a elevação dos lucros. Assim como no restante do município de Icapuí, por volta de 1960, intensifica-se a pesca da lagosta, atividade que viria proporcionar altos lucros a algumas famílias.

A comunidade de Tremembé, a partir dos anos de 1970, passa também a organizar-se e discutir seus problemas. Esse movimento, assim como em Redonda, teve início por meio da atuação do Padre Diomedes.

> No fim da década de 1970 uma grande novidade introduzida pelo sacerdote foi a instalação de uma “Farmácia Comunitária”, funcionando na Igreja com um kit de primeiros socorros. Duas pessoas da comunidade foram treinadas para a execução das atividades, foram: Dona Marli e Dona Lourdinha que prestaram bons serviços a toda a população. Durante todos esses anos a Igreja exerceu bastante influência nas decisões e conquistas da comunidade (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).

No início do século XX, poucas casas formavam a comunidade, “um número de treze, aproximadamente, a maioria de palha”. Tremembé por muito tempo figurou como pequena vila à beira-mar, sendo o acesso à comunidade somente pela praia, dependendo do regime das marés, ou por um caminho em que circulavam jipes e animais, embora com dificuldade. Apenas no ano de 1984 uma estrada carroçal foi projetada para dar acesso à comunidade (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005).

Na década de 1990 o turismo insere-se na comunidade. “Neste sentido são construídas diversas barracas de praia, melhorias na via de acesso e regulamentação da Associação de Moradores” (FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, 2005). A realização dos Acampamentos Latino-Americanos da Juventude iniciados em 1997, reunindo milhares de pessoas de diversas partes do país e do mundo, ampliou a exposição que a comunidade tinha como destino turístico, intensificando sua procura.

[30] A oficina de resgate de memória coletiva na comunidade de Tremembé foi realizada em 25 de agosto do ano de 2005, sob a moderação de Glaucia Rosineide e Luana Rebouças.

Este evento, pensado por intelectuais ligados ao PT, propunha-se como espaço de debate e intercambio cultural para a juventude. Consolidou-se no calendário festivo do município e, apesar de trazer grandes debates, inclusive sobre os impactos do turismo nas comunidades litorâneas, serviu de *outdoor* para a comunidade, intensificando a procura pela praia de Tremembé para o descanso em outros períodos do ano, processo que mais tarde culminaria na compra de terras para a construção de empreendimentos hoteleiros e mesmo para o estabelecimento de segundas residências.

A faixa de areia plana e a calma do lugar, propício para caminhadas e momentos de descanso, logo passaram a atrair fluxos cada vez mais constantes de turistas. Isso desencadeou um processo em que “os morador mesmo foram arrumando suas barraca, depois pensaram nas pousada, vender um almoço, um peixe” (Entrevista com Entrevistado 07, Agosto de 2009, em Tremembé).

No início do século XXI, o poder público municipal, com o intuito de expandir a atividade turística em Tremembé, realiza a pavimentação do “centro” da comunidade e da estrada que liga a mesma ao resto do município. Além disso, como parte da instalação de infraestrutura mínima capaz de colocar Tremembé de forma competitiva no mercado turístico, são instalados quiosques na praia para o funcionamento de bares e restaurantes, a exemplo da padronização realizada em Redonda. Isso repete a concepção de um espaço padronizado, seguindo os moldes dominantes de planejamento da atividade turística. Um dos entrevistados indica que esse novo espaço pensado e concebido pelo poder público municipal tinha o intuito de induzir fluxos maiores de turistas para a comunidade. Diz ele:

> Foi com essa ideia eu acho que foi feita, né? Porque antigamente só eram as barraca, as casas dos pescadores que tinha comércio, porque além de ter comércio ainda eram pescadores, como ainda hoje continua, mas eles tinham as casas e eles mesmo botavam aquelas barraquinha na praia... e com a vinda da pavimentação eu acho que pensaram em atrair mais pessoas, mais turistas pra dentro de Tremembé que é uma praia conhecida dentro de Icapuí, então foi tido a ideia de fazer padronizado, legalzinho, tudo bonitinho, com aquele calçadãozinho, né? (Entrevista com Entrevistado 05, em Março de 2009, em Tremembé).

Instala-se na comunidade a primeira pousada – *Pousada Tremembé* – de proprietários italianos. A pousada fora construída com o objetivo de instalar em Tremembé uma experiência de turismo responsável e comunitário (Figuras 11 e 12).

A estrutura física do empreendimento fora construída ainda em 1993, mas passa a funcionar apenas em 2000.

> As tentativas de transferir a administração da pousada para as associações de moradores e de turismo existentes na comunidade não lograram êxito. Os grupos não se sentiram suficientemente capazes de gerir a iniciativa. A partir desta dificuldade nasceu a ideia de criar uma associação ou entidade âncora, com a participação de pessoas de outras comunidades ou municípios que pudesse administrar a pousada e favorecer a implantação e desenvolvimento de projetos sociais no cumprimento do objetivo maior de promover o desenvolvimento sustentável local e uma outra forma de fazer turismo. A associação foi criada em setembro de 2000 com a denominação de Associação Caiçara de Promoção Humana (HISTÓRIA do Início da Pousada Tremembé. Disponível em <http://www.pousadatremembe.com/mais>).

Figura 11 – Fachada da Pousada Tremembé na atualidade.

Fonte: Rerisson Costa, Jan./ 2009.

Figura 12 – Placa da pousada e referência à sua proposta de turismo.

Fonte: Rerisson Costa, Jan./ 2009.

O empreendimento passa a ser administrado por uma Organização Não Governamental – ONG, a Associação Caiçara de Promoção Humana, que, em parceria com a Associação Tremembé, de Trento, Itália, visa desenvolver a experiência proposta inicialmente. Na atualidade, a relação da pousada com seu objetivo parece enfraquecida. Isso pode ser constatado no depoimento dado pela administradora da pousada

> Nós aqui temos uma experiência... a pousada Tremembé hoje tem uma experiência com a comunidade de Tremembé não muito legal. Porque essa pousada ela pertence a uma ONG e ela foi pensada pra ser feita pra servir também pra comunidade, pra empregar pessoas, pra comunidade se beneficiar com alguns projetos que a ONG pratica dentro de Icapuí... e o nosso primeiro impacto com comunidade foi justamente porque a ONG ela bate de frente com a pesca predatória e é uma coisa que Tremembé vive disso... pesca predatória, como eu falei das marambaias e tudo, né? E assim, a comunidade simplesmente, com a gente, não interage em nada. [...] por a gente bater de frente com a pesca predatória a gente bateu de frente com os pescadores de Tremembé... mexeu com a comunidade inteira[31] (Entrevista com Entrevistado 05, em Março de 2009, em Tremembé).

Após a instalação da pousada, outros empreendimentos se instalaram na comunidade, todos de origem europeia. O empreendimento de maior porte do município está localizado em Tremembé (hotel *Casa do Mar*, de origem portuguesa) e representa o adiantamento do capital internacional na tentativa de "abarcar" espaços para implantação de empreendimentos turísticos e imobiliários (Figuras 13 e 14).

> [...] a casa do mar eles pegam mais gente de fora. Logo assim pelo padrão que eles têm, né? pela possibilidade de propaganda que eles tem bem mais. Aí depois da casa do mar veio outras pousadas... tem a Pousada Solar também que é de um outro italiano... mas eu posso lhe dizer assim, que eu acho que um chama o outro. [...] Quando a pessoa vê que realmente dá certo e que a comunidade não tem muito... muita resistência em vender seus próprios terreno, que é o que tá acontecendo muito especulação agora, né? imobiliária aqui... tá sendo muito vendido pra europeus e tudo... eles vão entrando e vão entrando... e quando pensa que não... (Entrevista com Entrevistado 05, em Março de 2009, em Tremembé).

[31] Esse "conflito" entre a comunidade e a pousada foi sentido durante a pesquisa de campo quando das tentativas de entrevistar moradores sobre o turismo desenvolvido ali. A maior parte deles se recusava a gravar a entrevista e até mesmo a ceder informações. Alguns desconversavam e só falavam poucas coisas como "aqui não tem turismo" ou ainda "isso só serviu mesmo pra nós vender nossas terras mesmo".

Figura 13 – Bangalô para hospedagem isolada – Hotel Casa do Mar.
Fonte: Disponível em http://www.hotelcasadomar. com.br/ navegacao/tour.php

Figura 14 – Fachada do prédio principal – Hotel Casa do Mar.
Fonte: Disponível em http://www.hotelcasadomar.com.br/ navegacao/tour.php

Essa ampliação da instalação de empreendimentos turísticos na última década em Tremembé tem gerado impactos à comunidade, muito embora os

moradores pouco se envolvam com a atividade, em virtude de terem a pesca da lagosta como principal atividade econômica.

Nos últimos anos, a pesca desenvolvida na comunidade tem sido predominantemente ligada ao uso das “marambaias”, atrativos artificiais para as lagostas, construídos quase sempre a partir de tambores metálicos reaproveitados e que possibilitam, com o uso de aparelhos de GPS, a captura de um maior número de lagostas em um menor intervalo de tempo. Além desse tipo de pesca ser baseado na pesca de mergulho, proibida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, os tambores quase sempre são oriundos de indústrias químicas, trazendo e sendo depositados no mar com resíduos tóxicos.

Além disso, o próprio depósito de centenas de milhares de tambores metálicos por ano, por si só, representa um impacto ambiental, o que tem incidido na qualidade das lagostas para exportação – sua principal destinação – e na queda do preço.

> A principal atividade econômica de Tremembé é a pesca hoje. Todo mundo ganha bastante todo o ano, mas só em cima da pesca, é a única que eles realmente fazem... assim, existe comércios, existe... mas, é... o mais forte mesmo é a pesca. E hoje a comunidade de Tremembé... ela passa por uma certa dificuldade por que a pesca deles é de lagosta certo, e tão usando marambaias que a gente sabe que prejudica totalmente o nosso ambiente, o meio ambiente. Eles hoje se sentem prejudicados já porque a lagosta caiu de preço certo, e... e... faz com que a comunidade também perca um pouco do patrimônio que ela hoje já conseguiu com a pesca (Entrevista com Entrevistado 05, em Março de 2009, em Tremembé).

Parte das terras à beira-mar da comunidade foi comprada por empreendedores europeus e por veranistas residentes no Rio Grande do Norte, sobretudo vindos de Mossoró. Em conversa com morador da comunidade, mencionou-se que a “principal vantagem” da chegada do turismo à comunidade foi a possibilidade de “vender os terrenos”.

Quando questionada sobre o principal impacto do turismo na comunidade, a administradora da Pousada Tremembé exclama:

> Com certeza é a especulação imobiliária! Tá se passando a uma coisa preocupante. Não existe resistência nenhuma, é aquela coisa de chegar e

> perguntar e vender por qualquer mixaria ou até mesmo, coisa que a gente sabe que em um ano as pessoas, os donos dos terrenos já não tem mais nada, nenhum real no bolso, mas pela ganância, não sei, pela vontade de ver o dinheiro na mão tá vendendo e tá perdendo a naturalidade da comunidade mesmo. Porque hoje você vê... todos os empreendimentos daqui não são daqui e tem pessoas que tão vindo e tão fazendo casas, construindo casarões, mansões, porque são casarões que eles constrói, né? Tem dinheiro mesmo! e o pessoal tá perdendo e daqui a pouco... eu me preocupo muito por eu já ter visto em outras localidades... o que aconteceu com a praia do Cumbuco e tudo, que as pessoas terminam indo pra favela. Porque vende os pedaço de terra que tem, acham que têm muita coisa e acaba não tendo nada... Ave Maria! Com certeza o principal impacto é esse, especulação imobiliária. [...] Pessoas de fora fazendo casas e casas e mais casas, e aí o espaço da comunidade tá se restringindo a quase nada. Talvez até mesmo as pessoas vendendo a área praiana pra subir um pouco mais porque não tem mais onde ficar (Entrevista com Entrevistado 05, em Março de 2009, em Tremembé).

Paradoxalmente, Tremembé é uma das comunidades do município (junto com Ponta Grossa) que participa da Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM, organizada pelo Instituto Terramar, ONG com sede em Fortaleza.

Embora o turismo em Tremembé seja predominantemente ligado a empreendimentos de origem europeia, recebendo no município a maior parte dos turistas oriundos daquele continente, a existência de experiência de “turismo comunitário”, representada pela iniciativa da Pousada Tremembé, fez com que se rotulasse o turismo desenvolvido ali como “comunitário”, espécie de “selo verde” para o turismo.

Embora válida enquanto manifestação de outras possibilidades, encarar o desenvolvimento do turismo em Tremembé como “responsável” ou “sustentável” é, no mínimo, reduzir a complexa trama que está permeada na produção do espaço daquela comunidade.

Ao passo que a instalação da proposta da Pousada Tremembé de um “turismo responsável” figura como algo louvável, a homogeneização da comunidade como espaço de um turismo comunitário “exclui” a possibilidade de tratamento e enfrentamento às dinâmicas e consequências oriundas dos modelos mais hegemônicos da atividade, ligados aos empreendimentos de maior porte presentes na comunidade, também os maiores do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo tem se realizado como prática social, como parte da reprodução ampliada do capital, como elemento de consumo e produção do espaço. Nesse processo, a atividade tem participação cada vez mais atuante em diversos lugares, sobretudo naqueles situados no litoral e enquadrados como “paraísos tropicais”, como é o caso de Icapuí, onde comunidades pesqueiras são metamorfoseadas em núcleos receptores de turismo.

Embora a atividade turística faça parte das dinâmicas mais amplas de reprodução do capital, estando muitas vezes atrelada a políticas influenciadas por diretrizes de organismos supranacionais, volta-se também aos pequenos lugares, aos núcleos receptores de turistas, pois é no lugar que se vive, trabalha, reproduz-se social e culturalmente, sendo a própria forma de reprodução transformada em objeto de consumo.

As análises empreendidas nas comunidades de Redonda e Tremembé mostram processos mais amplos que se manifestam nos lugares como produto das contradições existentes entre escalas – local e global – e não, como dizem os atores hegemônicos, de forma homogênea.

A inserção do turismo tem marcado fortemente a produção do espaço em Icapuí, sobretudo nas comunidades pesqueiras. Estes lugares possuem formas de organização social que incidem em espaços regidos pelo *uso.* Todavia, a inserção da atividade turística no seio das comunidades é sustentada por outras lógicas de produção do espaço, assentadas, principalmente, no *valor de troca*.

As comunidades de Redonda e Tremembé vivenciam tal processo, muito embora isso não se desenvolva de forma simples, já que envolve complexidade cuja explicação requer análise dialética para compreender as contradições do movimento. A coexistência de modelos de turismo convencional e alternativo, como as iniciativas de turismo comunitário que se desenvolvem em uma ou outra comunidade, é bom exemplo deste caráter singular da inserção da atividade turística no município.

O desenvolvimento do turismo em Icapuí tem se acelerado na última década. As representações do espaço, elaboradas pelo poder público municipal na concepção de um espaço dotado de infraestrutura e padrão que permita atrair fluxos turísticos cada vez mais intensos tem contribuído para tanto. A construção das vias de acesso às comunidades, de quiosques para a implantação de bares e restaurantes, bem como a construção do calçadão na comunidade de Redonda figuram como exemplos de espaços que reproduzem a necessidade de padronização dos lugares para sua inserção no mercado turístico.

Este é o espaço concebido pelas políticas públicas que servem de base para a atração de empreendimentos de médio e grande porte, como os encontrados na comunidade de Tremembé, dando margem à intensificação do mercado de terras e sobrepondo o *uso* à *troca* no que tange às terras da comunidade.

Em Redonda, a padronização, por meio da construção do calçadão, deflagrou movimentos de oposição que indicavam que não era viável tal intervenção nem tampouco uma necessidade. Como diz um dos moradores entrevistados na comunidade, “a caminhada não precisa ser no calçadão, nem as palhocinha tem que ser... é... de tijolo”. Nesta comunidade, outras possibilidades comumente são pensadas a partir do vivido, da relação dos moradores com o *uso* do espaço, muito embora já seja possível visualizar a introdução de outras lógicas de produção do espaço, arregimentadas pela *troca*.

A comunidade de Tremembé vive um distanciamento em relação à participação no desenvolvimento da atividade turística. Apenas reduzido número de seus habitantes relaciona-se com a atividade turística, por serem proprietários de bares e/ou restaurantes que servem também a população local, enquanto junto aos meios de hospedagem não existe essa participação. Seu espaço, cada vez mais, adquire o sentido da *troca* na medida em que seus moradores visualizam no contato com turistas (principalmente europeus) a possibilidade de venda de suas propriedades. Nesse caminho, vastas parcelas de terra à beira-mar já foram vendidas ou já se encontram ocupadas por segundas residências.

O fato da pousada pioneira no desenvolvimento do turismo na comunidade ter sido organizada por uma ONG desencadeou uma série de processos que consubstanciaram o atual quadro ali presente. Tal estabelecimento (Pousada Tremembé) propunha-se como experiência de turismo comunitário

responsável. As críticas às formas predatórias de pesca (práticas predominantes na comunidade) elaboradas pela organização que administra o empreendimento fizeram com que a comunidade se distanciasse da experiência proposta e tivesse visão negativa da atuação no desenvolvimento do turismo.

Consequência disso é que o espaço da comunidade foi aberto a empreendimentos externos que foram instalados na comunidade, tais como hotéis e pousadas de origem europeia que atendem principalmente público originado naquele continente. As representações do espaço em Tremembé deram substância a tal processo. A pavimentação, o calçamento, a construção de quiosques e a destinação à comunidade de eventos de grande repercussão reproduziram a imagem de lugar paradisíaco e propício ao descanso.

A experiência pioneira de turismo na comunidade, propondo-se como turismo comunitário, forja identificação que não reflete a realidade, já que não há nenhum membro da comunidade envolvido nas ações da pousada em questão. Essa identificação comunitária forjada pela proposição de uma ONG é reforçada com a inclusão da comunidade no roteiro elaborado pela Rede de Turismo Comunitário do Ceará – Rede TUCUM.

Embora haja iniciativas de construção de um turismo comunitário nos espaços aqui analisados, o que se percebe é a sobreposição da lógica do turismo hegemônico às estruturas criadas a partir de um movimento pioneiro de turismo comunitário, fruto da organização popular, sobretudo em Redonda.

Os embates do vivido e do concebido imprimem suas marcas na produção do espaço nessas comunidades litorâneas. As representações do espaço em parte são assimiladas pelas comunidades que se utilizam disso para se inserirem no mercado turístico, mas é o vivido, nos espaços de representação, que proporciona a possibilidade de inserção mais ou menos hegemônica das dinâmicas do turismo e suas diferentes lógicas de produção do espaço.

Os “paraísos tropicais” aos poucos tomam ares de “purgatório”. É preciso, pois, efetivar a organização popular comunitária, hoje transformada em uma espécie de “movimento de vanguarda” liderado pelas ONGs. Além disso, a atuação do poder público nas normatizações e no planejamento referente à atividade turística faz-se

necessária. Sem isso, as experiências de turismo comunitário como forma de r-existência não se mostram sustentáveis de fato.

Assim, comunidades pesqueiras têm se inserido no mercado turístico, respondendo a normas externas e, em parte, produzindo-as. Essas diferentes normatizações têm incidido sobre a produção desses espaços que, no atual momento histórico, colocam-se como lugares a serem consumidos; porém, mais que mercadorias, são lugares onde a vida se processa.

REFERÊCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. Ática, 2004.

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lucia Carpi; RIBEIRO, Venicio Toledo. **História da Sociedade Brasileira.** 14. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodología y práctica Del desarrollo de la comunidad.** Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BARBOSA, Luciana Maciel; SOUZA NETO, Gerardo Facundo de; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo comunitário versus turismo globalizado:** o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará. In: ANAIS II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza, 2008.

BATISTA, Francisca Gonçalves. **Reestruturação Sócio-espacial do Ceará:** análise do Projeto do Porto do Pecém. Fortaleza, 2005. (Dissertação de Mestrado)

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRANCO, Mons. João Olímpio Castello. **O Limoeiro da igreja**. Ed. Minerva. Fortaleza-CE. 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço" . In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.173-186.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.121-134.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur Edições, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** novos escritos sobre a cidade**.** São Paulo: Labur Edições, 2007b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turismo: uma prática socioespacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico. **Revista de geografia**, Recife, v. 15, n. 1 / 2, p. 21-50, jan./dez. 1999.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turismo e Processo de Produção do Espaço geográfico: prolegômenos a quem deseja fazer uma análise geográfica do turismo. In: SÁ, Alcindo José de; CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. **Regionalização e Análise Regional:** perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. pp. 67-78.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In. YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 121-140.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal:** Icapuí. Fortaleza: IPECE, 2005.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: EDUFSC, 2007.

CORBIN, Alan. **Le territoire du vide:** l'Occident et le désir du rivage (1750-1840). Paris: Aubier, 1988.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amalia Inéis Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura Silveira. **América Latina:** cidade, campo e turismo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006a. p. 367-378.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira *et. al*. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário:** atores e cenários em mudança. Fortaleza: EDUECE, 2009.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 2. Ed. Campinas-SP: Papirus, 1998.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006b.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo entre o lazer, o ócio e a cidadania**. In: Coriolano, Luzia Neide M.T. (org.). Curso Turismo de Inclusão. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2007.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da; BEZERRA, Amélia Cristina Alves. **Dinâmicas Produtivas e Comunidades Tradicionais Pesqueiras:** uma abordagem sobre reestruturação sócio-espacial em Icapuí-CE In: **Anais de Resumos do XIV ENCOPE**. v.1. Mossoró: UERN / XIV Encontro de Pesquisa e Extensão, 2007. CD-ROM.

COSTA, Gessivaldo Regino Costa; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da. Análise Preliminar dos Impactos Ambientais Originados pelas Atividades da Carcinicultura nas Áreas de Manguezal. In. I Congresso Intercontinental de Geociências. **Anais de Resumos.** Fortaleza, 2004. 1 CD-ROM.

COUTINHO, Joana. “ONG’s: caminhos e (des)caminhos”. In: **Revista Lutas Sociais**. n° 13/14 – 1° sem. São Paulo: NEILS, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades e Territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de janeiro: Access, 2007. pp. 93-122.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia**. Mar à vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PANIZZA, Andrea de Castro; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Vilegiatura marítima no nordeste brasileiro. In: **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008a. p. 26-30.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia Dantas; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PANIZZA, Andrea de Castro, **Urbanização Litorânea das Metrópoles Nordestinas Brasileiras:** vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Simpósio Espaço Metropolitano, Turismo e Mercado Imobiliário, Fortaleza: Observatório das Metrópoles, 2008b. Disponível em: <http://turismoimobiliario2008.metrowiki.net/trabalhos-apresentados>. Acesso em: 08 de setembro de 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A Pesca Construindo Sociedades:** leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira. São Paulo: Annablume: HUCITEC – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e Mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995.

ESMERALDO, Luiz Régis Azevedo. **Jangadeiros e Pescadores:** os dilemas do turismo em Canoa Quebrada, Aracati - Ceará. Fortaleza: SENAC-CE/SEBRAE/CE, 2002.

FREITAS FILHO, Manuel de. **A Aldeia do Areal:** historia e memória de Ibicuitaba-Icapuí-CE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003

FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO. Teia da Sustentabilidade. Projeto Memória Viva. **Linha da vida das comunidades costeiras de Icapuí**. Icapuí-CE, 2005.

GARCIA, Rita Maria de Paula. **Produção do espaço pelo lazer e turismo. In:** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º 5 - ano 4, Maio de 2007. p. 113-126.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2. Ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

IBGE. **Estimativa de População para o ano de 2009.** Rio de Janeiro: FIBGE, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 1991.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

LEFEBVRE, Henri, **De L´Etat:** Le mode de production étatique. Vol. 3. Paris, Unión Generale d´editons, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'espace.** 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Moraes, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Oxford: Blackwell, 1991b.

LIMA, Luiz Cruz; MORAIS, Jáder Onofre de; SOUZA, Marcos José Nogueira de. **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000.

LIMA, Luiz Cruz. As novas territorialidades no uso turístico no Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). **Da Cidade ao Campo:** a diversidade do saber-fazer turístico**.** Fortaleza: UECE, 1998.

LIMA, Luiz Cruz. Da Totalidade e das partes Reestruturadas. In. LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Reestruturação Sócio-espacial:** do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Maria do Céu de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará:** território, costumes e conflitos. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

LIMA, Maria do Céu de. Pescadoras e Pescadores Artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 05, n. 10, 2006, pp. 39-54.

LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante:** contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói-RJ: UFF/GECEL, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/posgeo/publicacoes.htm>. Acesso em Dez. de 2008.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, Departamento de Antropologia/UnB, 2002.

MAIA, Adriano Corrêa. Discutindo Conceitos e Metodologias: paisagens, textos e produção do espaço migrante. In: **Anais do I SIMPGEO** - Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo. Rio Claro-SP, 2008. p. 1222-1235.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTELES, Ricardo André Rocha. **Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Belém, 2009. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

NIELSEN, Christian. **Turismo e Mídia:** o papel da comunicação na atividade turística. São Paulo: Contexto, 2002.

OSEKI, Jorge Hagime. O Único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.109-119.

PESCADORES de Icapuí e Aracati em greve realizam protesto. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 07 jul. 2009a. Caderno Cidade.

PESCADORES fecham BR-304 em protesto. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 08 jul. 2009b. Caderno Cidade.

PESCADORES queimam barcos em Icapuí. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 jun. 2009c. Caderno Cidade.

PETROBRAS vai duplicar produção em terra. **Jornal Diário do Nordeste.** 09/11/2008. Disponível em: < http://diariodonordeste.globo.com/materia .asp? codigo=588187>. Acesso em: Nov. 2009.

PINHEIRO, Rúbia Valério. **Análise da Sustentabilidade da Carcinicultura:** caso da comunidade de Requenguela, no município de Icapuí - Ceará. Fortaleza, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazonias.** São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ. **Plano de Ação Turística.** Icapuí: PMI, 2001a.

PREFEITURA MUNICIPAL ICAPUÍ. **Plano de Desenvolvimento Local Sustentável.** Icapuí: Expressão, 2001b.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e Espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996. p.71-86.

SILVA, Marí Cecília Silvestre da. **Organização e Autonomia da comunidades de Redonda, Icapuí-CE.** Fortaleza, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará.

SILVA, Maria do Rosário Rebouças da. **Tecendo a Educação Ambiental pelas Mãos da Cidadania em Icapuí-CE.** Mossoró, 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

SILVEIRA, Maria Laura da. Da fetichização dos Lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo; Modernidade; Globalização.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, v. 5, p. 5, 2009.

TORRES, Maria Betânia Ribeiro. **Novos Rumos na Canoa Veloz:** o turismo sustentável e suas interfaces sócio-ambientais - a experiência de Icapuí – Ceará. Mossoró: PRODEMA/UERN, 2003. (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

www.hotelcasadomar.com.br. Acesso em: 15 dez. 2008.

www.ohlindapousada.com.br/index1024.htm. Acesso em: 15 maio 2009.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura:** Usos da Cultura na era global. Trad. Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro I de entrevistas e coletas de depoimentos

Roteiro de entrevistas e coletas de depoimentos concedidos pelos moradores das comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE.

Pesquisa
TURISMO, PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO NAS COMUNIDADES DE REDONDA E TREMEMBÉ, ICAPUÍ-CE
Período: 2008-2010
Pesquisador Responsável: Carlos Rerisson Rocha da Costa
Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

---

Nome: **Idade:**

Comunidade:

I A COMUNIDADE

A História da comunidade, a formação, o que mais marca a comunidade.

Qual a população (habitantes ou famílias)?

Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade?

Como descreve a comunidade na atualidade?

II O TURISMO

Como e quando o turismo chegou à comunidade?

Foi trazido por alguém? por quem?

Atraído por quais motivos?

III TURISMO E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Quais os principais impactos da inserção do turismo na comunidade?

Existem conflitos relacionados com o turismo na comunidade? Quais?

Quais as principais alterações nas dinâmicas sociais da comunidade? As principais mudanças nos costumes, hábitos; Os novos que se inserem.

Quais as principais mudanças no uso do espaço da comunidade? Quais obras ou ações acha que intensificaram esses novos usos?

Algo mais a falar a respeito do turismo na comunidade?

OBSERVAÇÕES

APÊNDICE B – Roteiro II de entrevistas e coletas de depoimentos

Roteiro de entrevistas e coletas de depoimentos concedidos pelos moradores das comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-CE.

Pesquisa

TURISMO, PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO NAS COMUNIDADES DE REDONDA E TREMEMBÉ, ICAPUÍ-CE

Período: 2008-2010

Pesquisador Responsável: Carlos Rerisson Rocha da Costa

Orientadora: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

---

Nome: **Idade:**

Comunidade:

I O TURISMO

Qual a importância do turismo para a comunidade?

Há problemas na comunidade que você relaciona com o turismo? Quais?

De que maneira acredita que estes problemas poderiam ser evitados?

II O TURISMO COMUNITÀRIO

Você considera que o turismo desenvolvido aqui seja um Turismo Comunitário?

Como se dão a organização e a participação dos moradores nas tomadas de decisão quanto ao modo de se desenvolver o turismo na comunidade?

Quem são os principais incentivadores do Turismo Comunitário?

Qual o papel das Ongs nesse processo?

OBSERVAÇÕES